



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social



BEATRIZ DA SILVA DE MOURA

Trabalho e propriedade fundiária: Um estudo exploratório sobre as particularidades das relações de produção rural e seu o impacto no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-PR

Ivaiporã - PR
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social



BEATRIZ DA SILVA DE MOURA

Trabalho e propriedade fundiária: Um estudo exploratório sobre as particularidades das relações de produção rural e seu o impacto no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof.(a) Me. Alana Morais Vanzela.

Ivaiporã - PR
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Departamento de Ciências Sociais
Campus Regional Do Vale Do Ivaí
Curso De Serviço Social



Beatriz da Silva de Moura

Trabalho e propriedade fundiária: Um estudo exploratório sobre as particularidades das relações de produção rural e seu o impacto no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Me. Alana Moraes Vanzela
Presidente da Banca.
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Karoline Dutra Szul
Membro
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Douglas Marques
Membro
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã/PR, 25 de novembro de 2025.

A terra é nossa

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar.

O grande latifundiário,
Egoísta e usurário,
Da terra toda se apossa
Causando crises fatais
Porém nas leis naturais
Sabemos que a terra é nossa.

Patativa do Assaré

AGRADECIMENTOS

A realização e conclusão desta pesquisa é algo de suma importância para mim, tanto na área acadêmica quanto na vida pessoal, uma vez que foram poucos dentro da minha família que tiveram tal oportunidade de chegar até um curso superior, minha família se desenvolveu e consolidou sua vida toda praticamente no campo, sempre em meio a atividades em regime de agricultura familiar, desde meus avós até meus pais atualmente.

Por isso este é um tema muito caro para mim, mas a sua realização só foi possível diante do apoio e incentivo dos meus pais, assim sendo, agradeço profundamente, minha mãe Fabíola Pereira da Silva e meu pai Claudinei Lucas de Moura, por sempre fazerem de tudo para que eu tivesse acesso ao ensino e pudesse seguir em busca dos meus sonhos, o amor, o apoio, o esforço e suor do trabalho de vocês foram as bases que sustentaram cada passo desta caminhada.

Sou imensamente grata aos meus amigos César Alexandre e Jamile Martins, pela amizade sincera e por estarem sempre ao meu lado, oferecendo ajuda e incentivo nos momentos em que mais precisei, agradeço também Lisiani Cristina, Rafael Shavaski e Sheila Adoni pelas conversas leves e descontraídas, a presença de vocês tornou esta jornada mais leve, alegre e significativa.

Expresso também minha gratidão à Prof.^a Me. Alana Moraes Vanzela, minha professora e orientadora, por toda a dedicação, paciência e cuidado durante o desenvolvimento deste trabalho, sua orientação e suporte foram essenciais para a consolidação deste trabalho.

E, por fim, agradeço a Deus, por iluminar meu caminho e por abrir as portas que me permitiram ingressar na universidade que sempre almejei.

DE MOURA, Beatriz da Silva. **Trabalho e propriedade fundiária: Um estudo exploratório sobre as particularidades das relações de produção rural e seu o impacto no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-PR.** 102 p. Monografia. Curso de Serviço Social. Universidade Estadual De Maringá. Maringá, 2025.

Resumo: Este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo geral compreender as particularidades das relações de produção rural no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-Paraná. Para tanto, adotou-se o método histórico-dialético, que permite analisar como o contexto histórico e as determinações socioeconômicas que influenciam a configuração atual das relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores rurais e os seus desdobramentos no regime de agricultura familiar. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso, com triangulação metodológica que envolve revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A amostra foi composta por seis participantes: um representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná/lapar-Emater), um da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Lidianópolis, três trabalhadores no regime de agricultura familiar e um representante de associação de trabalhadores rurais. Após a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas foram conduzidas e submetidas à análise de conteúdo, seguindo os procedimentos metodológicos propostos por Minayo (2023), que incluem: leitura flutuante, categorização temática, descrição dos resultados e elaboração de inferências com base no referencial teórico adotado. Através dos resultados obtidos durante a pesquisa, foi possível perceber que a propriedade privada dos meios e produção e a concentração fundiária mesmo em um município de pequeno porte, como em Lidianópolis-PR, refletem questões como desigualdade na distribuição das terras, e como a questão de gestão, organização, suporte técnico, extensão rural e acesso a programas de crédito se tornam grandes aliados para o desenvolvimento das propriedades dos pequenos agricultores. Com base nesse contexto espera-se que tais resultados contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade local e para o fortalecimento da organização dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHO; PROPRIEDADE RURAL; AGRICULTURA FAMILIAR; RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.

DE MOURA, Beatriz da Silva. **Labor and land ownership: An exploratory study on the particularities of rural production relations and their impact on the family farming system in the municipality of Lidianópolis-PR.** 102 p. Monograph. Social Work Course. State University of Maringá. Maringá, 2025.

ABSTRACT

This qualitative study aimed to understand the particularities of rural production relations within the family farming system in the municipality of Lidianópolis, Paraná. To this end, the historical-dialectical method was adopted, allowing for the analysis of how the historical context and socioeconomic determinants influence the current configuration of social relations established between rural workers and their unfolding within the family farming system. The research was developed through a case study, with methodological triangulation involving bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews. The sample consisted of six participants: a representative from the Paraná Rural Development Institute (IDR-Paraná/lapar-Emater), one from the Lidianópolis Department of Agriculture and Supply, three workers in the family farming system, and one representative from a rural workers' association. After obtaining informed consent, the interviews were conducted and subjected to content analysis, following the methodological procedures proposed by Minayo (2023), which include: floating reading, thematic categorization, description of results, and elaboration of inferences based on the adopted theoretical framework. Through the results obtained during the research, it was possible to perceive that the private ownership of the means of production and land concentration, even in a small municipality like Lidianópolis-PR, reflect issues such as inequality in land distribution, and how management, organization, technical support, rural extension, and access to credit programs become great allies for the development of small farmers' properties. Based on this context, it is hoped that these results will contribute to deepening knowledge about the local reality and to strengthening the organization of workers in the defense of their rights.

Keywords: WORK; RURAL PROPERTY; FAMILY FARMING; PRODUCTION RELATIONS.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Número de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, por condição do produtor em relação às terras – Brasil (2017)	43
GRÁFICO 2 - Número de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, cujo produtor(a) é proprietário(a), por condição legal das terras – Brasil (2017)	44
GRÁFICO 3 - Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar com acesso a orientação técnica – Brasil e UF (2017)	45
GRÁFICO 4 - Rendimento médio real (1), habitualmente recebido por mês pelos ocupados, no trabalho principal, segundo situação do domicílio – Brasil (2019-2023)	46
GRÁFICO 5 - Quantidade de benefícios rurais ativos, segundo os grupos de espécies, posição em dezembro – Brasil (2010-2021)	47
GRÁFICO 6 - Famílias de agricultores familiares cadastradas no Cadúnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família (2013-2023)	50
GRÁFICO 7 - Famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) beneficiárias do Programa Bolsa Família	51
GRÁFICO 8 - Crédito rural do Pronaf - evolução dos recursos financeiros – Brasil ...	53
GRÁFICO 9 – Quantidade de famílias cadastradas por situação de domicílio – município de Lidianópolis-PR	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População por situação do domicílio, rural ou urbano – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas	38
TABELA 2 - Distribuição da população rural - Brasil e Grandes Regiões (2012-2022), em 1.000 pessoas	39
TABELA 3 - População brasileira por situação do domicílio – Região Sul (2022), em 1.000 pessoas	40
TABELA 4 - População rural segundo o gênero/sexo – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas	40
TABELA 5 - Características Gerais dos Produtores e Estabelecimentos Característica dos estabelecimentos agrícolas – Brasil (2006 e 2017)	42
TABELA 6 - Quantidade de benefícios de aposentadorias rurais ativos, segundo os grupos de espécies, posição em dezembro – Brasil (2010-2021)	48
TABELA 7 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia e grupos de área total, Região Sul – Brasil (2017)	51
TABELA 8 - Liberações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) – Brasil (2018-2023*)	52
TABELA 9 - Sindicatos de Trabalhadores(as) com registro ativo, em 2022 (CNES/MTE)	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - População rural por faixa de idade – Brasil (2012-2022), em 1.000 pessoas	41
QUADRO 2 - População rural com 60 anos ou mais de idade – Brasil e Grandes Regiões (2012-2022), em 1.000 pessoas	47
QUADRO 3 - População rural com 60 anos ou mais de idade, segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas	48
QUADRO 4 - População rural com idade entre 15 e 29 anos e com idade entre 16 e 32 anos – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2022), em 1.000 pessoas	49
QUADRO 5 - Quantidade de contratos por Região e safra (Pronaf) – Brasil	54
QUADRO 6 – Demografia de Lidianópolis-PR	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROLI	Associação dos Produtores Rurais do Município de Lidianópolis
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAD-ÚNICO	Cadastro Único
CNES	Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PBF	Programa do Bolsa Família
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UF	União Federativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRABALHO, CAPITAL E PRODUÇÃO RURAL	16
2.1 O conceito de trabalho como fundamento ontológico do ser social	16
2.2 Trabalho livre e divisão social do trabalho como elementos basilares das relações de produção no sistema capitalista	18
2.3 Forças produtivas, regime de propriedade privada e sujeição do trabalhador ...	24
2.4 Campesinato e o proletário rural: As conexões e dissidências que configuram o produtor rural em regime de agricultura familiar	27
 3. ESTADO, TERRITÓRIO E A AGRICULTURA FAMILIAR	33
3.1 Estado e território: A complementariedade do urbano e do rural	33
3.2 Agricultura familiar: Conceitos e Determinações	35
3.3 Agricultura em dados: Panorama Nacional, Estadual e Regional	38
 4. AGRICULTURA FAMILIAR EM LIDIANÓPOLIS- PARANÁ: UMA AMOSTRA DA REALIDADE LOCAL	57
4.1 As particularidades das relações de produção rural no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-Paraná	57
4.2 Os dissensos que envolvem a categoria trabalhador rural em regime de agricultura familiar	68
4.3 Trabalhadores que atuam no regime agricultura familiar e participação política	76
4.4 O acesso a informações e tecnologias: dimensionando o impacto no capital fundiário.	81
4.5 O direito à propriedade da terra e os trabalhadores que atuam no regime agricultura familiar no município de Lidianópolis- Paraná	85

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6. REFERÊNCIAS	92
7. APÊNCICES.....	96
8. ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise crítica sobre a relação entre capital fundiário, trabalho e produção em regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis - Paraná, de forma, a melhor compreender como historicamente a estrutura econômica, moldou as relações políticas da realidade agrária local.

Antes de avançarmos sobre o debate da realidade local, é necessário demarcar a compreensão de que a terra, neste trabalho, é concebida enquanto uma forma de capital, logo, é um objeto e meio fundamental de produção, que se tornou objeto de disputa histórica e de apropriação privada (Harvey, 2013).

A produção agrícola no Brasil, atualmente, está relacionada a uma forma de trabalho livre no campo (que surgiu após um longo período de escravização). Para os trabalhadores rurais essa nova forma de organização está longe de significar emancipação. O trabalho livre acabou por criar um tipo de servidão, por meio da alienação que submete os trabalhadores rurais a um viver precarizado e marginalizado na cadeia produtiva do sistema capitalista (Harvey, 2013; Ianni, 2004).

O trabalho em regime de agricultura familiar, embora seja baseado na gestão e trabalho de indivíduos que nutrem laços familiares (Wanderley, 2009), também integra e é impactado pelas relações de produção do sistema capitalista. O trabalhador em regime de agricultura familiar produz mercadorias que serão utilizados no consumo doméstico e comercializa o seu o excedente (Da Silva, 1985).

Ademais, o trabalhador em regime de agricultura familiar também sofre impactos em função do papel regulador das relações sociais que é desempenhado pelo Estado, que por meio de sua intervenção via políticas públicas, reforça as estruturas de poder existentes e, a depender da pressão e organização coletiva, pode vir a exercer papel redistributivo da riqueza socialmente produzida, favorecendo a luta geral dos trabalhadores, inclusive daqueles que atuam no regime de agricultura familiar (Wanderley, 2009).

Logo, a concentração do acesso à terra – assim como, da tecnologia (insumos, maquinários, entre outros tipos de investimento em capital constante) – impactam diretamente na capacidade de produção agrícola, gerando rebatimentos na vida desses trabalhadores, ao definir, restringir e condicionar formas de existência, impactando diretamente no aprofundamento das desigualdades no âmbito rural, que moldam formas de vida, tradição local e cultural.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica no âmbito social, pois permite dimensionar o impacto das relações de produção no fortalecimento das desigualdades sociais no âmbito rural, bem como, compreender se a função social da terra vem sendo efetivada.

Como justificativa acadêmica, pontuo que, enquanto universidade, esta pesquisa tem sua relevância, porque é papel da educação contribuir com o desenvolvimento regional, por meio da produção do conhecimento. Já no âmbito do Serviço Social, esta pesquisa se justifica, pois parte de uma análise crítica da realidade social, que visa ao fortalecimento da justiça social e à democratização do acesso a riqueza socialmente construída.

E, enquanto justificativa pessoal, esta pesquisa versa sobre um universo partilhado por mim e minha família, enquanto pertencente à categoria de trabalhadores do regime de agricultura familiar, na qual busco entender essa dinâmica de relações considerando as particularidades do território e entendendo seu processo de ocupação e distribuição de terras.

Diante do exposto, esta pesquisa, adota o seguinte problema de pesquisa: “Como o conjunto de forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho) operam nas relações de produção que são estabelecidas no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis - Paraná?”.

Sendo o objetivo geral desta pesquisa: “Compreender as particularidades das relações de produção rural no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis - Paraná”. Já os objetivos específicos que norteiam a presente pesquisa são: “Indicar os dissensos que envolvem a categoria trabalhador rural em regime de agricultura familiar”; “Compreender se os trabalhadores que atuam no regime de agricultura familiar possuem participação política em instituições associativas e em conselhos ligados à agricultura no município de Lidianópolis - Paraná”; “Investigar o acesso à informação e às tecnologias que aumentam a produtividade da terra, enquanto capital fundiário”; “Compreender a forma de acesso e, posterior, o direito à propriedade da terra aos trabalhadores que atuam no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis - Paraná”.

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de um estudo de caso, com triangulação metodológica que envolve revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo será realizada a partir de uma amostra, composta por seis participantes, sendo: um representante do Instituto de

Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná/lapar-Emater), um da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Lidianópolis - Paraná, três trabalhadores rurais e um representante da Associação de Trabalhadores Rurais com sede no município de Lidianópolis - Paraná. A população que compõe esta amostra será convidada a participar de entrevistas, e somente após a obtenção do consentimento livre e esclarecido, as entrevistas serão conduzidas e submetidas à análise de conteúdo, seguindo os procedimentos metodológicos: leitura flutuante, categorização temática, descrição dos resultados e elaboração de inferências com base no referencial teórico adotado (Minayo, 2023). Esta pesquisa adota como método de interpretação dos dados, o materialismo histórico dialético.

É necessário deixar nítido, que a escolha dos trabalhadores que compõem parte da população desta pesquisa de campo, ocorreu por meio de seleção aleatória (sorteio), com base em uma lista de trabalhadores em regime de agricultura familiar e que desenvolvem atividades produtivas no município de Lidianópolis - Paraná e, que mantêm cadastro no IDR-Paraná/lapar-Emater.

Após a seleção aleatória, os três trabalhadores foram contactados via aplicativo de mensagem *Whatssap* e todos aceitaram participar contando a história de sua família, desde o processo de chegada ao município, até o momento atual de suas vidas. Vale salientar que a presente pesquisa foi submetida e passou por apreciação e aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da UEM (COPEP), (CAAE: 91197225.2.0000.0104), que recebeu parecer favorável para a sua realização.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: capítulo 1, busca-se apresentar o conceito de trabalho e como este é um elemento central para a constituição do ser social, uma vez que o trabalho se constitui como uma atividade realizada única e exclusivamente pelo homem (Marx, 2017), também é feita uma breve explanação sobre alguns elementos basilares da sociedade capitalista: a propriedade privada e o trabalho livre assalariado, e para por fim, discutirmos a configuração do trabalhador rural, proletariado rural e o campesinato.

No capítulo 2, discute-se a questão do Estado enquanto um agente regulador para o estabelecimento do espaço tido como urbano e rural e; como se deu essa distribuição territorial. Na sequência será realizada uma breve apresentação e discussão sobre o conceito de agricultura familiar, para em seguida, apresentar dados estatísticos do Anuário da Agricultura no Brasil e de outros Institutos, de forma a apresentar um panorama federativo, estadual e regional das condições de vida e de

produção que impactam diretamente a vida dos trabalhadores situados no regime de agricultura familiar e não familiar.

No capítulo 3, será apresentado os dados da pesquisa de campo, que aprofunda a análise sobre a realidade local, mais especificamente, sobre o município de Lidianópolis - PR. Essa seção se vale das entrevistas, enquanto um instrumento para a compreensão das particularidades das relações de produção rural e, o seu impacto no regime de agricultura familiar no município. Por fim, serão tecidas as considerações finais do presente estudo.

2. TRABALHO, CAPITAL E PRODUÇÃO RURAL

2.1 O conceito de trabalho como fundamento ontológico do ser social.

O conceito de trabalho é descrito por Marx (2017) como um pilar central na formação do ser social, ou seja, uma atividade que apenas os seres humanos são capazes de realizar. Quando afirmamos que apenas os seres humanos realizam trabalho, referimo-nos à atividade teleologicamente orientada a um fim, algo que os animais são incapazes de fazer. Estes, apenas executam ações determinadas por um instinto primal de sobrevivência, sem a capacidade de planejar antecipadamente suas ações. Diferentemente dos animais, o ser humano projeta mentalmente suas ações, para posteriormente executá-las, chegando a um resultado que já existia idealmente (Marx, 2017).

É por meio do trabalho que os seres humanos passam a intervir na natureza, realizando atividades que visam a satisfazer alguma necessidade. É válido salientar que o trabalho sempre esteve presente em todas as formas de organização social. Nesse processo, nota-se que o trabalho não é unicamente uma atividade produtiva, mas um meio pelo qual o próprio homem se modifica e se desenvolve, pois passa a estimular e criar potencialidades antes desconhecidas para ele. Assim, o trabalho é uma atividade que transforma tanto o ambiente quanto o ser humano, "[...] Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho*" (Netto, 2012, p. 42, grifo do autor).

Em síntese, é a partir do trabalho que o ser humano se modifica e se constitui como ser social. O ser social apresenta características únicas que o distinguem dos outros animais, especialmente pela capacidade de realizar atividades teleologicamente orientadas, isto é, o ser humano tem a habilidade de realizar ações destinadas a um fim, ou em outras palavras, realiza atividades que foram planejadas ideal e materialmente através do trabalho (Netto, 2012).

Com base no exposto, percebe-se que o ser humano passa a tratar suas atividades e a si mesmo a partir de uma perspectiva mais reflexiva, consciente e autoconsciente. Tendo uma visão do processo de suas ações como um todo, na qual ele é capaz de analisar até mesmo as possibilidades, ou seja, torna-se possível para o ser humano escolher entre alternativas concretas, propiciando o então denominado exercício de liberdade. O exercício do pensamento para além da apresentação dos

fenômenos, permite que o ser social desenvolva a capacidade de universalizar, momento em que suas ações e perspectivas vão para além do que é dado, ou seja, para além do plano da singularidade, em que o ser social estimula um pensamento mais crítico e reflexivo sobre os processos ao seu redor, possibilitando então, ampliar e, se qualificar enquanto ser racional que é (Netto, 2012).

Conforme o ser humano vai desenvolvendo suas ações, começam a surgir novas necessidades espirituais ou materiais, pois o desenvolvimento dos métodos de trabalho passa a requerer novas capacidades de transmissão de conhecimentos e definir um meio de organização dos indivíduos, e para que isso seja possível, torna-se indispensável o estabelecimento de um meio de comunicação. A linguagem articulada e escrita, que passa a ser assimilada no convívio social e se transforma em um pilar essencial para a troca e acúmulo de saberes entre as pessoas (Netto, 2012).

Além disso, a linguagem passa a contribuir para a estruturação das relações humanas dentro da coletividade, uma vez que o indivíduo não realiza suas atividades de forma isolada. Ainda mais, considerando que o trabalho, por sua própria essência, é uma ação colaborativa e exige, como já pontuado, que os conhecimentos adquiridos sejam socializados, integrando-se ao patrimônio comum do grupo (Netto, 2012).

É a partir do trabalho e do estabelecimento da linguagem articulada que as relações sociais passam a acontecer efetivamente, de um modo mais próximo ao que conhecemos hoje, logo, os indivíduos começam a se relacionar entre si, para então produzirem seus meios de subsistência. Nesse sentido, o trabalho não é feito ao acaso, ele é uma atividade orientada a um fim (Marx, 2017).

Quando o ser humano realiza o trabalho para satisfazer uma de suas necessidades, ele acaba por gerar, por meio dessa atividade, um valor de uso¹, pois tais produtos possuem uma função prática e utilitária orientada por seu objetivo de criação, logo o valor de uso está presente. Todavia, quando esse produto é passível de ser reproduzido repetidamente, torna-se uma mercadoria, isto é:

[...] a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda, [...] somente valores de uso que satisfaçam a necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitadas por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de

¹ Conforme aponta Netto (2012), é fundamental recapitular que alguns valores de uso, que são fundamentais a sobrevivência humana, não são criados pelo trabalho, tais como o ar.

troca). Assim, portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca (Netto, 2012, p. 92-93).

Nesse sentido, o valor de troca diz respeito a uma forma de apresentação do valor da mercadoria. Este valor é definido com base na quantidade de trabalho humano gasto em sua produção, entendido não como o esforço individual de uma pessoa, mas como o tempo de trabalho histórico e socialmente necessário em determinadas condições técnicas e sociais. Por isso, o valor de troca não depende diretamente da utilidade do produto, mas da quantidade de trabalho que, em média, a sociedade precisa para produzir a mercadoria (Marx, 2017).

A produção de mercadorias, requer três condições básicas: trabalho livre assalariado, divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. A seguir será realizada uma breve contextualização sobre essas condições básicas que estruturam a sociedade capitalista.

2.2 Trabalho livre e divisão social do trabalho como elementos basilares das relações de produção no sistema capitalista

Segundo Marx (2017) as relações na sociedade capitalista têm como uma de suas características básicas a separação dos trabalhadores da propriedade dos meios necessários para a realização de seu trabalho. Sabe-se também que “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela” (Marx, 2017, p. 786), ou para ser mais preciso:

O produtor direto, o trabalhador só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação da corporação, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 2017, p. 786-787).

No Brasil, semelhante ao descrito por Marx, o trabalho livre é oficialmente estabelecido, após a “abolição do trabalho escravizado”², este é um processo histórico que ocorre de forma lenta e gradual³, considerando que a abolição formal da escravização ocorreu apenas em 1888, sem qualquer política de reparação ou redistribuição de terras para a população escravizada que ficou destituída de qualquer direito ou meio de acesso a terras ou outros meios de produção (Ianni, 2004).

Sendo assim, pode-se compreender que a dissolução do trabalho escravizado no território nacional, ocorre em certa medida devido às transformações do mercado internacional que impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais brasileiras que eram predominantemente agrárias. Havia a necessidade de reorganização dos vínculos jurídicos, políticos, culturais e sociais que regiam a forma de produção econômica da colônia⁴. Era necessário introduzir uma nova lógica de organização da vida e do trabalho. Isso porque:

[...] A força de trabalho é a forma em que o capital variável existe no interior do processo de produção. Nesse processo de produção, ela própria é consumida pelo capitalista. Por meio da função – o trabalho –, ela consome meios de produção. Ao mesmo tempo, o dinheiro pago na aquisição da força de trabalho converte-se em meios de subsistência, que são consumidos não pelo “trabalho produtivo”, mas pelo “trabalhador produtivo” [...] (Marx, 2017, p. 665).

² O trecho foi descrito entre aspas, porque infelizmente, não podemos esquecer que essa temática precisa ser retomada diuturnamente, pois, embora haja marcos legais que proíbem o trabalho escravizado, ainda na atualidade, é verificável na mídia nacional situações de trabalho escravizado e/ou análogo ao trabalho escravizado.

³ Clovis Moura indica que a escravidão no Brasil é composta de suas fases: “[...] a fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queirós, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo o seu desaparecimento efetivo. A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos, respectivamente, de escravismo pleno e escravismo tardio. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização), estrutura-se em toda plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinados a essa dicotomia básica” (2024, p. 31-32). Este autor complementa que escravismo brasileiro pode ser periodizado em duas fases fundamentais: “1) Escravismo pleno (1550 aproximadamente, 1850); 2) Escravismo tardio (1851-1888)” (Moura, 2024, p. 40).

⁴ É válido destacar que a Proclamação da República só vai ocorrer em 1889, no ano seguinte a abolição do trabalho escravizado no Brasil. Logo, uma análise mais aprofundada sobre o tema deve considerar o impacto gerado pelos interesses e relações comerciais estabelecidas por Portugal para o processo de abolição do trabalho escravizado no Brasil, o que não é o objetivo deste trabalho.

Segundo essa lógica, não era interessante aos interesses da ordem do capital, ter pessoas que não se agregassem ao processo de produção capitalista, ou seja, de compra e venda de mercadorias - inclusive, que deixassem de colocar à venda a sua força de trabalho.

Isso porque era necessário formar um conjunto de trabalhadores maior do que a produção rural exigia, o que já havia sido limitado pelo processo de extinção do tráfico de escravos, sendo necessário formar um conjunto de trabalhadores excedentes, que também estivessem dispostos a migrar seja para novas áreas; realizar a policultura; e também, preparando-os para vir a atuar - alguns anos mais tarde - na agroindústria. Nesse sentido, houve o esgotamento do modo de produção escravista no Brasil (Ianni, 2004).

Nesse sentido, comumente se diz que nas relações sociais e de produção na sociedade capitalista, as pessoas não são escravizadas, tão pouco são consideradas como servos, isso porque -de certa forma - ninguém os obriga a trabalhar, e os indivíduos são livres para escolher para qual capitalista 'deseja' vender sua força de trabalho. Contudo, já não possuem os meios necessários para garantir a sua subsistência.

O indivíduo enquanto trabalhador livre, realiza atividades e em troca recebe um salário, que é pago por sua força de trabalho. Logo, o indivíduo não está mais submetido ao domínio de um senhor feudal ou dono de escravos. Nesse sistema ele é "livre" para vender sua força de trabalho a qualquer capitalista, contudo, a submissão se faz necessária para poder adquirir os artigos básicos para a sua sobrevivência. Caso contrário, ele poderá perecer diante de suas necessidades vitais. Isso demonstra uma relação contraditória desse sistema (Harvey, 2013).

Nesse processo de falsa liberdade, o trabalhador não controla o que produz e nem decide como ou quanto vai produzir. Ele também não é proprietário daquilo que ele cria, porque está submetido à lógica do capital, ou seja, está inserido na lógica da produtividade, da competição e expropriação da sua capacidade de trabalho. O trabalhador é livre apenas para se submeter à relação em que sua força do trabalho é mercadoria (Marx, 2017).

O trabalho livre é o fundamento da exploração capitalista e disfarça a dominação com uma máscara de contrato voluntário. Essa relação permite a extração da mais-valia com base em um acordo legal entre duas partes, partes essas

compostas por patrão e empregado. Essa relação é o motor de toda a exploração burguesa sobre a classe trabalhadora (Marx, 2017).

Outro fator importante descrito por Marx, consiste em um sistema de divisão de funções no processo de produção, uma vez que “[...] a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção [...]” (Netto, 2012, p. 93). No sistema capitalista, o homem passa a ser responsável por um fragmento do processo de trabalho, logo, ele não conhece o processo completo da produção da mercadoria.

Diante do exposto, diversas pessoas passam a realizar tarefas complementares dentro da cadeia produtiva, de modo que os produtos sejam finalizados com maior rapidez e gerando maior lucro. Assim, a divisão social do trabalho evidencia não apenas a forma como a produção é organizada, mas também, as relações sociais e de poder que se estabelecem no interior do modo de produção capitalista (Netto, 2012).

Vale destacar que a divisão social do trabalho sempre existiu de certo modo, uma vez que cada indivíduo realizava um tipo de produção específica, porém, estes indivíduos antes possuíam o conhecimento sobre a integralidade do processo de produção desde seu início até sua finalização, no entanto, essa característica se perde à medida que o sistema capitalista institui a fragmentação do trabalho, fazendo com que cada pessoa domine apenas uma função dentro de uma estrutura de produção mais ampla e hierarquizada (Netto, 2012). Ademais, faz-se necessário refletir que além de uma divisão social e técnica do trabalho, existe uma divisão sexual do trabalho, conforme aponta Kergot:

[...] a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc...) variam fortemente no tempo e no espaço. Os aportes da história e da antropologia o demonstraram amplamente: uma mesma tarefa, especificamente feminina em uma sociedade ou em um ramo industrial, pode ser considerada tipicamente masculina em outros. Problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto a um pensamento determinista; ao contrário trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois se este raciocínio supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, ele implica estudar simultaneamente os deslocamentos e rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma desta divisão (2025, p. 1).

Nesse interim, percebe-se que assim como, a questão de racial, o marcador de sexo também gera impacto nas relações sociais de produção, a partir de dois princípios: Separação (divisão de trabalhos) e hierarquização (valorização do trabalho) entre os sexos. Esses princípios serão evocados, para justificar uma lógica de tratamento desigual, sob a tônica de uma ordem natural, isto é, os papéis sociais de gênero e raça impactam na forma como homens e mulheres são remunerados pelo trabalho que desenvolvem (Kergot, 2025; Santos e Silva, 2018).

Assim como, o marcador de raça também chegará a pautar políticas do chamado racismo científico⁵ - que tem como exemplo, as políticas de imigração no Brasil no pós-escravatura (Santos e Silva, 2018).

De acordo com Ianni (2004), após o fim legal da escravatura, o Brasil necessitava de mão de obra dentro dos critérios do trabalho livre (e ideologicamente orientado pelos marcos do racismo científico), optou por abrir suas portas e incentivar a imigração de pessoas oriundas de outros países, para que viessem trabalhar nos lugares e funções que antes eram realizados e assumidos pelas pessoas escravizadas.

Sendo assim, “[...] a força de trabalho livre estava sendo fornecida principalmente pelo imigrante italiano [...]” (Ianni, 2004, p. 20), que deixava seu país acreditando que teria melhores condições de vida no Brasil. Vejamos o trecho abaixo:

O imigrante chega desprovido quase por completo das coisas mais essenciais e lhe entregam uma pequena casa de tijolos, limpa e alegre, construída pelo fazendeiro do Oeste paulista. Este fornece-lhe os objetos de primeira necessidade e lhe abre um crédito. O colono não paga em verdade o aluguel de sua residência, mas já de início se acha endividado. A situação para o coitado parece de abundância, após a miséria, e ele saca sem contar contra o armazém da fazenda. Infelizmente alguns proprietários incitam os colonos a comprarem, a fim de segurá-los pelas suas dívidas que são forçosamente pagas em trabalho (Ianni, 2004, p. 26).

O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravizado, mas, mesmo com a abolição e com essa nova configuração econômica e social se instaurando, o Estado manteve alguns meios de exclusão e controle social que já estavam contidos na velha estrutura, como por exemplo a Lei de Terras de 1850. Esta lei estabelecia a compra

⁵ Para compreender mais sobre o conceito, ver em: SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253–268, 2018.

como única forma legal de acesso à terra no nosso país, o que colabora para o estabelecimento de barreiras para que a população recém-liberta e a população mais pobre, pudessem ter acesso à propriedade rural ou urbana (Harvey, 2013).

Dessa forma, o Estado assegurou a concentração fundiária nas mãos daqueles que já detinham poder tanto econômico quanto político, e isso foi pensado antes de estabelecer efetivamente o modo de produção capitalista no Brasil, o que demonstra uma estratégia antecipada de restringir qualquer possível, e eventual, acesso dessa população aos meios de produção (Harvey, 2013).

Assim sendo, essa classe que domina e monopoliza o controle sobre a terra é chamada de proprietário fundiário, já aquele que só detém a sua força de trabalho será denominado como proletariado rural⁶, isto é, aquele que não possui os meios de produção e é 'livre' para vender sua capacidade de trabalhar em troca de um salário (Harvey, 2013).

A mercantilização da força de trabalho representa uma mudança histórica profunda, considerando que em nenhum outro modo de produção anterior o trabalho assumiu essa forma específica na organização da sociedade. Marx explica que o trabalhador é capturado pela dinâmica de produção, momento em que sua força e tempo de trabalho passam a pertencer ao processo de acumulação do capital:

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital (Marx, 2017, p. 337).

À medida que o sistema capitalista vai se desenvolvendo, o mercado passa a assumir uma forma de circulação única, centrada sempre na obtenção de lucro (Harvey, 2013). A acumulação capitalista indica um processo de concentração de riqueza, e exploração de uma classe sobre a outra, o que contribui para o aumento das desigualdades presentes na sociedade, assim, surge a chamada 'questão social'⁷. que se expressa de formas variadas na vida da população (Netto, 2017).

No sistema capitalista as relações de produção estão submetidas a lógica da propriedade privada que concentra nas mãos da classe proprietária dos meios de

⁶ Ao longo deste capítulo faremos um melhor detalhamento sobre essa categoria de análise.

⁷ Para ver um melhor detalhamento sobre esse fenômeno novo, sugerimos a leitura do apêndice à terceira edição do Livro Capitalismo Monopolista e Serviço Social, do autor José Paulo Netto – “Cinco notas a propósito da ‘questão social’ (2017).

produção a riqueza socialmente produzida. O estatuto jurídico do trabalho livre se metamorfoseia como uma forma legítima de exploração da força do trabalho (Harvey, 2013).

A contradição entre capital e trabalho se intensifica à medida que o sistema se desenvolve. E nessa intrínseca relação, ainda temos a questão fundante que consiste na propriedade privada dos meios de produção que será discutida de forma mais detalhada no próximo item.

2.3 Forças produtivas, regime de propriedade privada e sujeição do trabalhador

Conforme já sinalizado anteriormente neste trabalho, a sociedade capitalista tem como elementos basilares a produção de relações sociais pautadas na exploração do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, a obtenção de lucro reside na apropriação da mais-valia, isto é, na apropriação pelo capitalista do trabalho excedente que não é pago ao trabalhador (Marx, 2017).

A relação descrita, torna-se possível porque o conjunto de forças produtivas está sob a posse do capitalista, o que inclui: os meios de trabalho - maquinários, fábricas, indústrias, terra; objetos de trabalho - matérias primas e; a força de trabalho (Marx, 2017; Netto, 2012).

É necessário destacar que a principal força produtiva, a chamada força de trabalho, é a única capaz de produzir riqueza, logo, a capacidade de trabalho é o principal elemento da composição das forças produtivas (Marx, 2017; Netto, 2012).

O trabalhador por não dispor dos meios necessários para a realização do seu trabalho e subsistência, acaba tendo que se submeter à lógica de exploração capitalista (Marx, 2017).

O capitalista compra a força de trabalho do proletariado, ou seja, ele não compra uma determinada quantia de trabalho, mas sim a capacidade de trabalho durante determinado tempo. Isso significa que o salário pago ao trabalhador, representa uma ínfima parcela do trabalho produzido por ele, um valor que apenas garante ao trabalhador a sobrevivência, isto é, sua reprodução (Marx, 2017).

As mercadorias no processo de venda, assumem um determinado valor de troca, e quem lucra são os donos dos meios de produção, e não o trabalhador, porque apesar de produzir a mercadoria, o trabalhador não é dono delas. Dentro dessa lógica

a força de trabalho vira uma mercadoria e o trabalhador passa a ser reduzido a um simples instrumento, um motor dentro do mecanismo da produção capitalista (Marx, 2017).

O valor de troca ganha destaque porque a produção está totalmente voltada para a obtenção do lucro, assim nesse contexto ocorre o início da concentração dos meios de produção por parte de uma pequena parcela da sociedade, essa parcela também é conhecida como classe dos proprietários (burguês e/ou fundiário) (Marx, 2017).

A propriedade privada surge em meio a isso. Desse modo podemos dizer que o trabalho coletivo produziu riquezas, mas a riqueza foi apropriada por uma minoria, e essa minoria então estabeleceu o controle sobre os meios de produção. Nesse sentido, Harvey pontua que:

As pessoas privadas podem, segundo as leis da propriedade privada, adquirir poderes de monopólio 'sobre porções definidas do globo, como esferas exclusivas de sua vontade privada com a exclusão de todas as outras (Harvey, 2013, p. 431-432).

A propriedade privada consiste então em um meio de apropriação no qual indivíduos detêm o direito exclusivo de usar, controlar e dispor de bens sejam eles, terras, meios de produção, objetos, animais, entre outros.

Contudo, devemos compreender que “[...] a quantidade de terra não pode ser significativamente aumentada ou diminuída mediante a ação humana [...]” (Harvey, 2013, p. 432). Todavia,

[...] os valores de uso que a terra contém podem ser extraídos (como acontece com os minerais), mobilizados na produção como “forças da natureza” (a energia eólica e hidráulica por exemplo) ou utilizados como a base para a reprodução contínua (como na agricultura e na silvicultura). Nos dois primeiros casos podemos designar os valores de uso como *condições* ou *elementos* de produção. A agricultura é de alguma forma especial. A terra aqui não apenas supre um estoque de nutrientes a serem convertidos pelo cultivo das plantas e pela pecuária em alimentos e diversas matérias-primas, mas também funciona como um *instrumento* ou *meio de produção*. O processo da produção está parcialmente incorporado *dentro* do próprio solo (Harvey, 2013, p. 432, grifo do autor).

Nesse caso, a terra pode ser compreendida como um objeto de trabalho porque é matéria prima que pode ser extraída para a produção de mercadorias, mas também

como, um meio de trabalho que pode ser reinvestido e aprimorado tecnologicamente (a partir de insumos, defensivos e maquinários) para poder produzir com maior eficiência, logo pode ser compreendida como um capital constante do processo de produção⁸ (Harvey, 2013).

Sendo assim, ao prestar atenção no processo histórico, nota-se que a propriedade privada não é um fenômeno natural, ou seja, diferentemente do trabalho que é uma atividade inerente do ser humano, vemos que a questão da propriedade privada foi algo construído dentro de um projeto societário de classe. Cita-se um breve trecho de Marx, que condensa esse processo de apropriação da riqueza e dos meios de produção por parte da classe proprietária:

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma [...] (Marx, 2017, p. 785).

Quando falamos do sistema capitalista, podemos dizer que ele é sustentado pela lógica da propriedade privada, que passa a justificar o porquê das relações de poder, que se legitimam como direito absoluto de uma pessoa ou grupo, tornar-se “dono” dos meios de produção, incluindo aqui o direito à terra (Harvey, 2013).

A propriedade privada também está na raiz da alienação e da exploração, pois enquanto muitos possuem pouco, poucos detém muito (Marx, 2017). Enquanto alguns poucos controlam a terra, o dinheiro, e outros bens essenciais, a maioria depende do trabalho assalariado para sobreviver. Isso acaba por desenvolver uma relação de dependência e dominação econômica. Vemos então, que a propriedade privada não é apenas uma questão de simples possuir, mas faz parte da teia do sistema capitalista como um elemento que se configura como central na organização das relações sociais e produtivas (Harvey, 2013).

Sendo assim, é possível visualizar como a propriedade privada dos meios de produção é um aspecto determinante nas relações de classe, e em toda a dinâmica dentro do modo de produção capitalista. A seguir, convidamos o leitor a compreender conosco, a partir de uma breve discussão, as diferenças entre pequeno produtor rural e proletário rural.

⁸ Para saber mais sobre o conceito de “capital constante”, ver em Netto (2012).

2.4 Campesinato e o proletário rural: As conexões e dissidências que configuram o produtor rural em regime de agricultura familiar

Conforme já foi apresentado, a terra compõe o conjunto das forças produtivas, tanto como objeto quanto meio de trabalho. Com o avanço do capitalismo, as terras deixaram de ser um bem coletivo, passando a ser apropriada como propriedade privada (Harvey, 2013).

Antes, os camponeses moravam em terras que usavam coletivamente, porém com a transformação do sistema de produção, os camponeses foram despojados de seu principal objeto e meio de trabalho: a terra. Deste modo, a autora Wanderley indica que:

[...] De um modo geral, o campesinato era, então, compreendido como uma categoria social pré-capitalista, isto é, que não pode ser explicada pelas leis de funcionamento do capital, constituindo-se como uma classe fundamental dos modos de produção anteriores ao capitalismo, que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento deste último. Nesta perspectiva, o que ainda poderia ser observado nas sociedades modernas, sob essa denominação, não passaria de “resíduos” de um campesinato inutilmente resistente ao que se chamava, na época, a penetração do capitalismo no campo [...] (Wanderley, 2009, p. 12).

A autora Wanderley (2009), em uma análise mais ampliada, indica que o campesinato pode ser compreendido como um modelo de categoria social pré-capitalista, pois o campesinato operava sob uma lógica própria, tendo em vista que os senhores eram donos de suas terras e poderiam trabalhá-las como melhor achassem. Com a chegada e estabelecimento do capitalismo, o que temos agora são fragmentos de um campesinato que outrora dominou o modo de produção econômico, e isso nada mais é, do que reflexo da mudança do modo de produção adotado pela sociedade. A autora Wanderley, descreve o campesinato como sendo:

[...] uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (2015, p. 26).

A transição do camponês para proletariado rural não acontece por acaso, ela está intimamente ligada ao nascimento do capitalismo. Os camponeses eram autônomos e uma característica marcante desse segmento era a produção para o próprio consumo, porém ao serem separados das terras que habitavam, e com a posse de terra sendo legalmente estabelecida, os então camponeses foram também obrigados a vender sua força de trabalho, pois não possuíam dinheiro para a compra (e/ou não tinham força para resistir defendendo os seus territórios), sendo despossuídos e, aos poucos, as terras foram sendo apossadas por membros da classe proprietária dos meios de produção, que já concentravam mais riqueza e poder (Harvey, 2013).

A terra era de certo modo, um meio de vida e um meio de sustento da família. Agora, na lógica capitalista, a terra é vista como uma fonte de extração e geração de lucro, ademais “[...] a concentração da terra foi, e continua sendo, a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento [...]” (Wanderley, 2009, p. 11).

De acordo com os autores, percebe-se que a terra, é um recurso natural limitado, logo, muito valorizado, que é “alvo” de processos de disputa violenta e legal ao longo da história. E aqueles que detêm menos recursos, acabam sendo desfavorecidos na disputa e/ou resistência frente ao “direito” de tomar posse.

Além disso, o papel do Estado foi determinante nesse processo de distribuição e acesso à terra, especialmente, ao criar legislações que legalizaram e legitimaram a propriedade privada. No Brasil, um desses instrumentos, foi a promulgação da Lei de Terras (1850), que criou barreiras que obstruíam a possibilidade de adquirir terras no Brasil (Wanderley, 2009).

O Estado atuou como agente da consolidação dessa nova estrutura, garantindo juridicamente a apropriação das terras por parte das elites e reprimindo qualquer tentativa de retorno ao uso coletivo ou à autonomia camponesa. A respeito dessa temática, a autora Wanderley enfatiza que:

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira realizou-se tendo como base principal a grande propriedade, que assumiu historicamente um papel preponderante, graças à mediação explícita e contundente do Estado [...] (Wanderley, 2009, p. 114).

Sendo assim, o Estado teve importante papel para consolidar os interesses das elites econômicas num contexto de organização e formação do território e suas formas legais de acesso a terra. Essa exclusão e restrição a formas de aquisição de terras gerou para a população uma profunda dificuldade para se beneficiar com esse objeto e meio de produção (Wanderley, 2009).

Outro fator, que amplia a precariedade e invisibilidade social do proletário rural está associado à incorporação tecnológica que promoveu uma modernização agrícola, que teve como efeito colateral uma acentuada diminuição de postos de trabalho (Wanderley, 2009).

Com isso, podemos dizer que a propriedade privada, a partir dessa nova lógica de divisão de terras (muitas vezes mediada pelo Estado), tornou-se um meio de reprodução de uma faceta do capitalismo no espaço agrário no Brasil (Wanderley, 2009). Por isso, pode-se dizer que quando o camponês perdeu a terra, ele perdeu também a sua autonomia e um elemento condicionante de sua essência, considerando que, de certo modo, ele foi desmembrado de seu principal objeto e meio de produção de subsistência que é a terra (Harvey, 2013).

A partir dessa nova configuração, o campo é então reorganizado, segundo a lógica capitalista, na qual o trabalhador rural deixa de ser sujeito de seu próprio trabalho e passa a integrar o conjunto de forças produtivas, logo se apresentam dentro da divisão social e sexual do trabalho (Harvey, 2013).

É válido sinalizar que não há um consenso na literatura sobre a vinculação do trabalhador em regime de agricultura familiar, enquanto um resquício do Movimento do Campesinato, o dissenso gira em torno do desejo desse trabalhador em fazer parte do sistema capitalista, uma vez que produz com o objetivo da venda, contudo, participa de forma marginal nessa cadeia produtiva, porque não possui capital fundiário suficiente para competir com o grande latifundiário, já o camponês teria como principal objetivo central a produção para a sua subsistência (Wanderley, 2015)⁹.

Por vezes, esse pequeno proprietário trabalha com sua própria família sem a contratação de empregados fixos em suas plantações, sua produção é em pequena escala, sendo retirada a parcela que irá consumir e o excedente é vendido para gerar dinheiro necessário para comprar mantimentos que não produz. Logo, não possui

⁹ Destacamos que essa questão será retomada de forma mais detalhada na próxima seção, mais precisamente no item denominado como: "Agricultura familiar: Conceitos, Determinações e Desafios".

produção em escala suficiente para acumular capital, sendo dependente da venda do que produz para sobreviver (Wanderley, 2009).

A respeito do pequeno proprietário, este ainda se enquadra como um dono dos meios de produção, uma vez que este detém a terra mesmo que em pequenas proporções (Harvey, 2013). Podemos dizer que ele se encontra em uma posição ambígua, pois não é totalmente autônomo, tendo em vista que está submetido à lógica do capital, mas também não é um trabalhador assalariado típico (Harvey, 2013).

Outro fator limitador imposto pelo capital é que o pequeno produtor não controla o preço de seus produtos já que este está sujeito ao mercado e compete com grandes produtores. Pode-se dizer que este agricultor vive sobre uma pressão permanente, ao considerar alguns pontos cruciais, por exemplo: ele muitas vezes arca com os altos custos de sua pequena produção, que por vezes não são cobertos pelo valor adquirido pela venda da produção. Seus lucros são mínimos ou muitas vezes inexistentes, sendo o resultado o endividamento para continuar plantando (Harvey, 2013).

O que pode fazer com que esse trabalhador em regime de agricultura familiar acabe sendo forçado a vender a terra e, viver como assalariado rural (proletário rural), ou ainda, fazendo com que ele tenha que se mudar para a área urbana em busca de emprego, pois ele não possui capital suficiente para resistir no campo (Harvey, 2013).

Nesse sentido, percebe-se que o agricultor familiar não é explorado diretamente como um trabalhador da cidade, mas se encontra preso à estrutura econômica que o condiciona e o oprime. Sendo assim, entende-se que o pequeno produtor, chega a vender suas mercadorias, porém não consegue acumular lucro suficiente, logo, sua tendência é ser engolido ou destruído pelo capital (Harvey, 2013).

Contudo, ao analisar o processo histórico, nota-se que o proletariado rural, embora encontre dificuldade em resistir à brutalidade do capital, ainda encena formas de manifestação e resistência, tais como: as ligas camponesas, as ocupações de terra, as quais demonstram a luta de classes no campo (Wanderley, 2009).

Ao contrário do proletariado urbano, o trabalhador do campo enfrenta dificuldades ainda maiores de organização política, por conta da dispersão geográfica e do menor acesso a políticas públicas. Ainda assim, ao longo da história, surgiram formas de resistência como as cooperativas, ocupações de terra e movimentos sociais, que buscam resgatar a autonomia camponesa estabelecendo um princípio maior de igualdade nas oportunidades de acesso e utilização da terra (Wanderley, 2009).

Assim, a formação do proletariado rural foi resultado de um processo violento e historicamente construído, que rompeu formas tradicionais de vida no campo, aprofundou a desigualdade e submeteu o trabalhador rural à lógica do lucro. Mesmo com resistência, o pequeno produtor acaba dominado por uma lógica que não controla, tornando-se parte de um sistema que, estruturalmente, o marginaliza (Wanderley, 2009).

Vemos então, como o sistema econômico ao longo da história vai metamorfoseando o pequeno proprietário, tornando-o um proletário rural. Outro ponto que precisamos mencionar é que o trabalhador urbano, tem a exploração de seu trabalho (na maioria das vezes) estabelecida sob a forma de um contrato formal estabelecido legalmente, já com o proletariado rural, isso raramente ocorre, uma vez que a maioria dos trabalhadores que desenvolvem atividades no campo não possui um vínculo empregatício formal, na maioria das vezes, trabalham apenas em épocas de safra/colheita, sendo remunerados por meio de diárias (Wanderley, 2009).

Isso é reflexo do processo de separação do trabalhador rural com seu principal meio de produção que consiste na terra, sendo assim, resta a ele somente vender sua força ao capital e seguir regras estabelecidas nesse regime, muitas vezes trabalhando nas piores condições possíveis (Marx, 2017).

Outro fator que contribui para que o trabalho do proletariado rural seja ainda mais desafiador, corresponde ao fato, de que, por se tratar de um trabalho praticamente informal, isso quase que isenta o contratante ou o dono da terra, de qualquer responsabilidade relacionadas a acidentes de trabalho. Podemos dizer, que “o meio de trabalho líquida o trabalhador [...]” (Marx, 2017, p. 504), ideia, correspondente ao trabalhador que se submete a estes trabalhos por necessidade.

A figura do trabalhador rural assalariado nasce em meio a esse processo complicado de transição e estabelecimento do capitalismo, no qual esse proletariado rural é, permanece sobrevivendo dentro de uma logística marcada pela instabilidade, baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e pouquíssimas oportunidades dentro do campo e com baixos subsídios por parte do Estado (Wanderley, 2009).

Nesse sentido, podemos concluir que o modelo de desenvolvimento rural brasileiro foi construído de forma seletiva e excludente, beneficiando a classe dominante (burguesia), e pouco se importando com a classe trabalhadora do âmbito rural. Havendo ênfase de investimento estatal no agronegócio, bem como, na produção voltada à exportação, ignorando a realidade da população que vive e

trabalha no campo, concentrando investimentos nas regiões e propriedades de maior escala e deixando o proletariado rural sozinho em seu processo de resistência em meio ao sistema capitalista. A mecanização das lavouras, o uso intensivo de tecnologias e a concentração fundiária resultaram em um forte fator que expelle o trabalhador do campo (Wanderley, 2009).

A ligação do proletariado rural e o mundo rural, não podem ser visualizados apenas pelo prisma de um espaço de produção, ele é também um espaço social, cultural e simbólico que precisa ser valorizado. O êxodo rural, portanto, representa também um empobrecimento da identidade nacional, regional e local, uma vez que contribui para que aspectos culturais, tais como: tradições e saberes se percam (Wanderley, 2009).

Sendo assim, o êxodo rural não é um fenômeno natural, mas um resultado histórico de políticas excludentes e de uma lógica de desenvolvimento que desvaloriza o campo e seus trabalhadores (Wanderley, 2009).

Vemos como, a formação do proletariado rural está intimamente ligada às determinações que o capital impôs sobre os trabalhadores, de modo a obrigá-los a se adaptarem a esta nova dinâmica produtiva e desigual. Agora dito isto, cabe apresentar como se dá a participação mais detalhada do Estado e a organização e disposição do espaço urbano e rural, o qual é ocupado por esses trabalhadores, aspectos que serão discutidos na próxima seção.

3. ESTADO, TERRITÓRIO E A AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Estado e território: A complementariedade do urbano e do rural

Como citado anteriormente, o Estado teve grande participação no estabelecimento e divisão de terras. Sua participação se concretiza através de leis criadas para sustentar e incentivar o sistema capitalista como modo de produção e que se tornam perceptíveis ao longo do processo de formação sócio-histórica do Brasil. Essa dinâmica promoveu cenários de exclusão, especialmente no que se trata da questão da estrutura fundiária.

Tendo em vista, a função que o Estado possui de regulador e mediador das relações sociais, não necessariamente quer dizer que sua atuação seja neutra, ainda mais se considerado que seus posicionamentos e ações refletem os interesses da classe dominante, nos quais muitas vezes corroboram para o agravamento das desigualdades sociais. A distribuição da terra expressa como as relações de poder existentes entre as duas classes sociais antagônicas tem se difundido e organizado o território tal como conhecemos hoje.

Logo, a formação do território brasileiro que antes era em grande parte centrada economicamente e socialmente no campo passa a ser deslocada aos poucos para as cidades existentes, mais uma vez, por conta da influência do Estado, que estimulou e massificou a ideia de desenvolvimento nacional por meio da abertura e autorização da construção de fábricas e indústrias, “Aqui, reservaremos o termo “sociedade urbana ” à sociedade que nasce da industrialização [...]” (Lefebvre, 1999, p. 15), ou seja, aquela cujo surgimento se dá com base no processo de desenvolvimento voltado para as denominadas localidades que eram tidas como cidades.

Tal estímulo, acarretou o desenvolvimento do que viria a ser chamado de espaços urbanos, os quais possuem suas especificidades expressas em refrações da questão social. De acordo com Azevedo (2012), “o essencial do urbano seria a centralidade, a reunião, centralização econômica e de poderes em oposição ao insulamento e a dispersão da vida camponesa[...]” (p. 4). Pode-se afirmar então, que os chamados centros urbanos têm sua organização mais centralizadora, com concentração de pessoas, serviços, atividades econômicas e instituições políticas em

um espaço delimitado, nos quais temos os aparelhos do Estado presentes majoritariamente nestes espaços.

Com o forte investimento na industrialização massiva, e incentivo do Estado, a população rural foi se deslocando para as cidades, em busca de melhores condições de vida, promovendo o que ficaria conhecido como êxodo rural. Uma vez que todo o investimento estava centrado nas metrópoles e não distribuído igualmente entre campo e cidade, a população rural foi diminuindo, sem os recursos necessários para mantê-la, e muitas vezes, ao longo da história, os produtores rurais sofreram com as intempéries climáticas, viram-se coagidos indiretamente a se estabelecerem em outras localidades (Ianni, 2004).

Sendo assim, aos poucos a população vai se instalando majoritariamente em espaços urbanos – cidades. O campo, por sua vez, fica em uma posição marginal desse processo de investimento, e sua produção passou a operar sob a lógica de interesses e necessidades das zonas urbanas. Logo, “essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola [...]” (Lefebvre, 1999, pg. 15).

Assim, a produção antes voltada para o consumo local e para a subsistência passa a ser comercializada para as cidades. A nova organização agrícola do campo se estabelece frente às demandas deste novo mercado de venda, e a partir dos espaços urbanos que configura a logística de mercado e repasse de produtos que controlam preços, fluxos de distribuição e formas de produção (Lefebvre, 1999).

A riqueza produzida, de certa forma é absorvida pelas cidades, uma vez que os polos de indústria e comércio se estabelecem nesses espaços, o investimento estatal também se concentra, especialmente, neste território (Lefebvre, 1999).

Assim, o espaço rural passa a ser moldado conforme a dinâmica existente nas cidades, contudo, é necessário afirmar que ambos os espaços possuem interdependência, não podem ser considerados como dimensões antagônicas, o que ocorre é que o território urbano se torna uma espécie de articulador das mediações e de controle de mercado (Azevedo, 2012).

Essa interação entre cidade-campo pode ser considerada como uma expressão do processo de divisão social do trabalho. Essa divisão configurou os espaços sob um ordenamento que impossibilita o ser humano de participar de todo o processo produtivo que originalmente ocorria, pois agora, todos têm sua “função” produtiva

dentro do sistema capitalista, campo e cidade, trabalhador urbano e trabalhador rural (Azevedo, 2012).

Cabe ainda salientar que, os espaços urbanos e rurais se correlacionam e, embora possuam expressões da questão social que são próprias de cada espaço territorial que desenvolvem e modificam os espaços territoriais em função das crises enfrentadas, isso não significa que essas crises ficam estanques, elas reverberam em ambos os espaços – urbano e rural (Lefebvre, 1999).

Ademais, quando o Estado institui subsídios ou créditos destinados a território rural, estes estão repletos de critérios nem sempre acessíveis a todos os produtores rurais que compõem a população residente na área rural (Harvey, 2013).

O espaço rural, apresenta-se como um território em que a economia está voltada para a produção de matéria prima que, posteriormente, serão comercializadas e utilizados pela indústria (Ianni, 2004). No próximo item, faremos uma discussão mais detalhada sobre a chamada agricultura familiar.

3.2 Agricultura familiar: Conceitos e Determinações

A categoria que será apresentada é referente ao pequeno produtor rural em regime de agricultura familiar. Diante do trabalho de diversos autores, cabe aqui destacar que não existe um consenso na literatura sobre origem da categoria de análise “agricultura familiar”, uma vez que esta se encontra atrelada a uma maneira de categorização utilizada principalmente como meio de designar as políticas públicas específicas para tais produtores neste regime de produção.

Dentro dessa variada forma de analisar esse trabalhador, torna-se de extrema relevância pontuar o pensamento de dois economistas. Um deles é Alexander V. Chayanov, economista e agrônomo russo, que entende o camponês enquanto uma potência que se desenvolve no seio da família, com integrantes que participam das atividades produtivas procurando suprir as suas necessidades de sobrevivência sem visão de produção de excedente, a menos que sua produção tenha excedido a capacidade de consumo de sua família (Pontes, 2005).

Chayanov diz que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro (Pontes, 2005, p. 36).

Historicamente, o camponês aqui descrito, encontra-se como um indivíduo cuja produção era voltada quase que exclusivamente para a produção de alimentos para o próprio sustento e para a sobrevivência de sua família, cuja base de produção se encontra toda gestada no seio familiar, operando sob uma logística de funcionamento única (Wanderley, 2009).

Sendo assim, o trabalhador e sua família, dentro dessa perspectiva, cultivam apenas o que vão consumir, e se já possui o suficiente não lhe seria interessante produzir mais, uma vez que sua logística não se aplica sob um objetivo acumulador ou de produção em larga escala (Pontes, 2005).

O segundo economista, que se torna pertinente mencionar o pensamento é o de Karl Marx, que diante de suas análises, vemos uma perspectiva mais pessimista em relação ao futuro do camponês e pequeno trabalhador rural, já que ele via essa dimensão do trabalho como algo que seria consumido pelo sistema capitalista em determinado momento (Costa, 1995).

Segundo Marx (*apud* Costa, 1995), a partir do momento em que esse trabalhador do campo se vê inserido dentro de um modo de produção cuja finalidade se concentra em produzir excedente para o lucro, ele precisa se modificar para que continue fazendo parte do processo de produção estabelecido na sociedade vigente, sendo assim, perde a sua essência de produzir apenas para o consumo familiar, passando a produzir em maiores quantidades os alimentos para conseguirem vender e, acaba por se sujeitar também, à logística de mercado.

Ele vende para poder comprar, ainda que seu modo de organização produtiva seja diferente, ele ainda se encontra inserido no processo que permite a circulação de mercadorias, mas sem buscar de fato ainda o lucro (Pontes, 2005).

Ainda para Marx, o camponês enquanto inserido neste sistema, mesmo sendo responsável por sua própria organização e sendo 'patrão' de si mesmo, enquanto trabalhador da agricultura familiar não percebe o processo de exploração que ocorre sob si mesmo, porque explora a si mesmo e ele aceita trabalhar até o limite para garantir a própria sobrevivência (Pontes, 2005).

Dessa maneira, vemos que o camponês se encontra dentro de um sistema muito mais amplo, do qual se torna imprescindível sua participação no mercado, enquanto produtor de alimentos que se torna base de produção para os mais variados

produtos, ainda que sua produção seja voltada para a subsistência em sua grande maioria, ele se integra ao sistema de alguma forma, tornando-se assim parte operante na logística de produção que tem impacto na economia, só que a partir do momento em que ele se insere na logística operacional do sistema, acaba por deixar de ser camponês e passa a ser considerado pequeno produtor rural.

Sendo assim, não estamos dizendo que o agricultor familiar passa a produzir totalmente voltado para o consumo de terceiros, uma vez que, ainda se tem a característica de produção para o consumo interno no seio familiar, mas agora sob uma adaptação dentro do modo de produção capitalista para a própria continuidade dessa unidade produtiva. Essa adaptação se expressa como uma estratégia de sobrevivência por parte do produtor (Wanderley, 2009).

Logo, o que se percebe como agricultura familiar é uma produção caracterizada por concentrar esforços e colaboração de força de trabalho de membros de uma família, mas na mesma medida tal trabalhador precisa se integrar às novas dinâmicas do mercado para sua própria sobrevivência, não sendo esse agricultor, completamente alheio ao modo de produção capitalista, mas detendo a escolha e ordenamento de suas próprias atividades (Wanderley, 2009).

No Brasil, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, prevê alguns aspectos que definem quais produtores se enquadram na categoria de agricultura familiar, conforme pode ser visualizado abaixo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(Brasil, 2006)

Reforçamos aqui que há uma variedade de pensamentos e conclusões considerando essa forma de organização do trabalho do produtor rural, mas essa é a definição empregada nacionalmente, inclusive, na formulação estatal de políticas públicas específicas para o pequeno produtor em regime de agricultura familiar.

Dessa forma, tendo apresentado o dissenso da categoria de análise e reforçado a sua concepção legal, no próximo item, o leitor é convidado a analisar os dados sobre a agricultura familiar.

Os dados que iremos observar foram compilados no documento produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), com publicação em 2023.

3.3 Agricultura em dados: Panorama Nacional, Estadual e Regional

Segundo Gil (2024), a pesquisa social pode utilizar uma variedade de dados. Os dados que serão apresentados neste trabalho compõem o documento denominado como Anuário, que foi produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2023), que apresentam um panorama amplo sobre a realidade brasileira. Sendo assim, passemos então, à análise das tabelas, quadros e gráficos que buscam revelar variadas características, com foco especial na agricultura familiar.

TABELA 1 - População por situação do domicílio, rural ou urbano – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas

Região	Total	Urbana	Rural
Brasil	214.154	86,4%	13,6%
Norte	18.799	79,0%	21,0%
Nordeste	57.805	75,9%	24,1%
Sudeste	90.210	93,7%	6,3%
Sul	30.562	86,3%	13,7%
Centro-Oeste	16.778	91,5%	8,5%

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Com base nos dados apresentados acima, torna-se possível dimensionar a disposição da população do país, na qual, temos então apenas 13,6% do total de pessoas habitando na área rural, sendo a maior concentração delas na região Nordeste, com 24,1%, e em contrapartida, a menor concentração se localiza na região Sudeste do país com um percentual de 6,3%, a qual é uma das regiões com maior

presença de indústrias e fábricas, o que confirma o debate realizado no início desta seção, quando contextualizamos sobre o processo de distribuição populacional entre o espaço urbano e rural.

Podemos considerar que a maior concentração populacional nas áreas urbanas é um reflexo da própria divisão social do trabalho, na qual, acaba por separar as atividades entre campo e cidade, “[...] A separação e oposição campo-cidade acompanha o processo de divisão social do trabalho (separação em classes), revelando-se em divisão sócio-espacial [...]” (Azevedo, 2012, p. 3). Assim sendo, as cidades, enquanto espaços que concentram atividades produtivas das mais variadas, desde a indústria, comércio e serviços, acaba por ser visualizada como um espaço permeado de oportunidades de empregos, logo, passa a ser mais buscada enquanto um espaço para viver. O movimento de êxodo rural foi observado em todos os países, nos quais o pequeno produtor passa a então compor a força de trabalho como um proletariado nas cidades (Wanderley, 2009).

TABELA 2 - Distribuição da população rural - Brasil e Grandes Regiões (2012-2022), em 1.000 pessoas

Região	2012	2022	Variação 2012/2022
Brasil	13,7%	13,6%	-0,1%
Norte	12,6%	13,5%	0,9%
Nordeste	48,9%	47,8%	-1,1%
Sudeste	20,1%	19,4%	-0,7%
Sul	14,0%	14,3%	0,3%
Centro-Oeste	4,4%	4,9%	0,5%

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Nesta tabela, chama a atenção a maior proporção populacional residindo em área rural na região do Nordeste brasileiro que apresenta um percentual de 47,8% no ano de 2022, o que configura quase que a metade de sua população, que permanece residindo no campo.

Regiões como o Norte, Centro-Oeste e Sul, apresentam uma leve variação de crescimento em 10 anos, ainda que tímido, evidencia um certo nível de migração (ainda que reduzido) da população para as zonas rurais. Na sequência, observe de forma mais atenta os dados que caracterizam os estados da região Sul:

TABELA 3 - População brasileira por situação do domicílio – Região Sul (2022), em 1.000 pessoas

Região	Urbana	Rural	% Rural
Brasil	184.981	29.173	14%
Sul	26.380	4.183	14%
Paraná	10.199	1.464	13%
Rio Grande do Sul	9.894	1.595	14%
Santa Catarina	6.287	1.124	15%

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Com base nos dados dispostos acima, podemos observar que há uma certa equiparação entre seus estados, mas o Paraná é o estado que possui menor percentual, isso significa que a maior parte dos domicílios se encontra na área urbana.

O Paraná apresenta uma diferença significativa em relação a população disposta nas áreas urbanas e rurais. E ao longo dos anos, a região Sul apresentou uma variação da taxa de urbanização, que cresceu conforme o quantitativo de pessoas que migravam para os centros urbanos. Podemos observar isso ao analisar o percentual de urbanização em específico do Estado do Paraná dos anos de 1940 a 1980, ao qual no primeiro ano apresentava cerca de 27,73% de urbanização e, esse quantitativo cresceu para 62,41%, em 1980 (Santos, 1993). A seguir, observaremos os dados da população rural, segundo gênero/sexo:

TABELA 4 - População rural segundo o gênero/sexo – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas

Região	Mulher	Homem	Total
Brasil	15.229	13.943	29.172
Centro-Oeste	774	658	1.432
Nordeste	7.114	6.827	13.941
Norte	2.120	1.825	3.945
Sudeste	2.996	2.674	5.670
Sul	2.224	1.959	4.183

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

A tabela evidencia um número maior de mulheres na área rural do que homens, em todas as regiões. Isso faz com que possamos tensionar o estereótipo de que o campo é um ambiente predominantemente masculino.

As mulheres desempenham um papel fundamental nas atividades no campo, especialmente em regime de produção de agricultura familiar, mas muitas vezes estão relegadas a uma condição de informalidade, ou são invisibilizadas pela própria estrutura patriarcal e machista presente em nossa sociedade que é pautada em uma divisão social e sexual do trabalho (Kergot, 2025; Lopes; Butto, 2008).

No Brasil, “[...] historicamente, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária” (Lopes; Butto, 2008, p. 21). Isso permite a continuidade da desigualdade de gênero, que não é reconhecida pelo governo enquanto um problema público, visto que o Estado se exime da responsabilidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas, especificamente, para as mulheres no campo. A seguir, veremos informações sobre ciclo etário dos trabalhadores e trabalhadoras do campo:

QUADRO 1 - População rural por faixa de idade – Brasil (2012-2022), em 1.000 pessoas.

Faixa de Idade	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	30.239	31.287	29.791	30.141	29.915	29.554	30.030	29.947	30.423	30.397	29.173
0 a 4 anos	2.531	2.496	2.372	2.414	2.389	2.292	2.328	2.391	2.308	2.324	2.217
4 a 13	5.405	5.513	5.027	5.008	4.851	4.622	4.542	4.510	4.401	4.269	3.981
14 a 17	2.504	2.509	2.473	2.406	2.234	2.163	2.179	2.118	2.142	2.094	1.941
18 a 59	16.377	17.120	16.413	16.731	16.749	16.636	17.091	16.836	17.313	17.411	16.507
60 e mais	3.422	3.650	3.505	3.582	3.692	3.840	3.890	4.093	4.260	4.300	4.526

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Ao analisarmos, o quantitativo de dados por idade, podemos observar uma certa queda ao longo dos anos da presença de crianças e jovens no campo. Isso demonstra como o campo vem “envelhecendo”.

A faixa etária mais predominante na área rural, concentra-se entre 18 a 59 anos, podemos considerar que isso impacta principalmente na continuidade da

agricultura familiar, uma vez que a redução de jovens no campo, compromete a chamada sucessão familiar das atividades produtivas da família.

A permanência dos jovens no campo está fortemente atrelada à questão de renda da propriedade, uma vez que esta (muitas vezes) não se mostra, rentável ou lucrativa suficiente, ainda que haja interesse em permanecer na propriedade, muitos optam por sair, seja em busca de qualificação educacional, seja pela mudança para outras atividades produtivas (Silvestro, *et al.*, 2001).

A seguir serão apresentados dados sobre a agricultura familiar e não familiar, de modo a estabelecer comparativos que nos permitam ter um olhar mais ampliado para as duas modalidades de forma de gestão da produtividade da terra:

TABELA 5 - Características Gerais dos Produtores e Estabelecimentos Característica dos estabelecimentos agrícolas – Brasil (2006 e 2017)

Ano	Número (unidades)		Área (Hectares)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
2006	809.369	4.366.267	253.577.343	80.102.694
2017	1.175.916	3.897.408	270.398.732	80.891.084
Diferença (2006-17)	366.547	- 468.859	16.821.389	788.390
Variação (2006-17)	45%	-11%	7%	1%

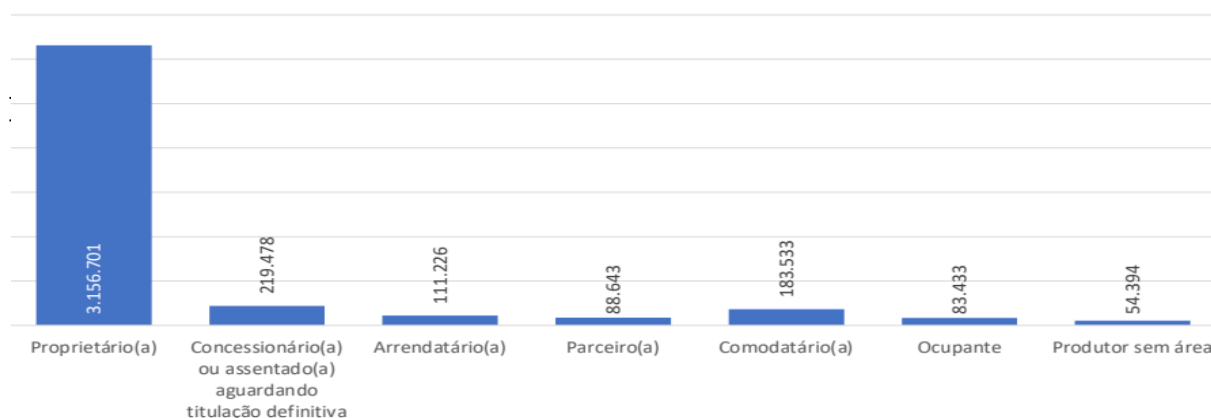
Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Percebemos a existência de uma certa concentração fundiária, uma vez que a área por hectare ocupada pela produção da agricultura classificada como “não familiar” abrange um número maior ao longo dos anos. O que evidencia uma queda no número referente à população enquadrada dentro da agricultura familiar, a qual perde sua área de cultivo, muitas vezes por não conseguir uma produção tão rentável quanto a do grande latifundiário.

Portanto podemos dizer com base nos dados acima que a agricultura empresarial avançou ao passo em que a agricultura familiar teve um declínio, podendo reforçar a avaliação que expressa as dificuldades de permanência no campo, logo, essa hipótese reforçaria a análise sobre o papel do Estado na regulação das relações sociais, que fazem a manutenção social das relações de produção, que privilegiam uma classe em detrimento da outra.

Ainda que a incorporação de um novo modo de produzir no campo, denominado aqui por agricultura empresarial, pautado no *modus operandi* capitalista, não significa o fim da agricultura familiar, uma vez que esta exerce papel fundamental para a produção de alimentos, logo, exerce uma importante função social (Wanderley, 2009).

GRÁFICO 1 - Número de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, por condição do produtor em relação às terras – Brasil (2017)

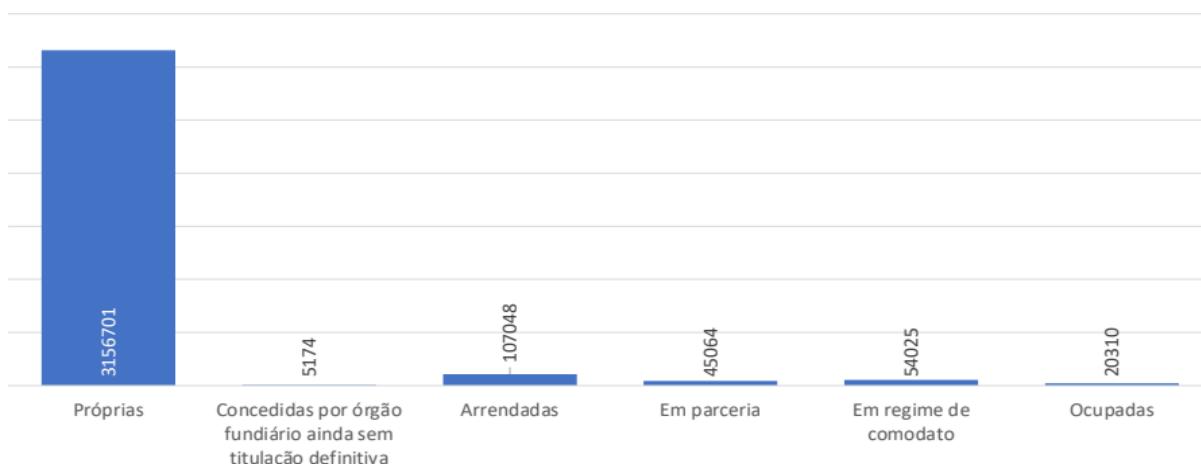


Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Podemos observar que a maioria das famílias é proprietária de seus terrenos configurando 3.156.701 milhões de agricultores familiares, seguidas então pelos concessionários ou assentados que aguardam a titulação definitiva, arrendatários, parceiros, comodatários, ocupantes.

Por último, temos os produtores sem-terra que abrangem cerca de 54.394 mil, tais números são expressivos uma vez que estes demonstram que apesar do alto índice de famílias que detêm a posse legal da terra, ainda existe um quantitativo significativo que se encontra em situação precária uma vez que apenas trabalha na terra, e muitos ainda não possuem a titulação definitiva também. Quando não se tem a devida documentação que regulariza a posse da terra, nota-se uma maior dificuldade para o acesso, principalmente a políticas de crédito, como por exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Da Silva, 2012).

GRÁFICO 2 - Número de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, cujo produtor(a) é proprietário(a), por condição legal das terras – Brasil (2017)



Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Vemos pequenas mudanças no gráfico acima com relação ao anterior, no qual é possível dimensionar a aquisição das terras, tal pauta se torna fundamental de ser posta em debate uma vez que nosso país foi constituído por um processo de posse de terra permeado pela violência vindo desde o período colonial, com a invasão dos portugueses às terras brasileiras (Maximo, 2017).

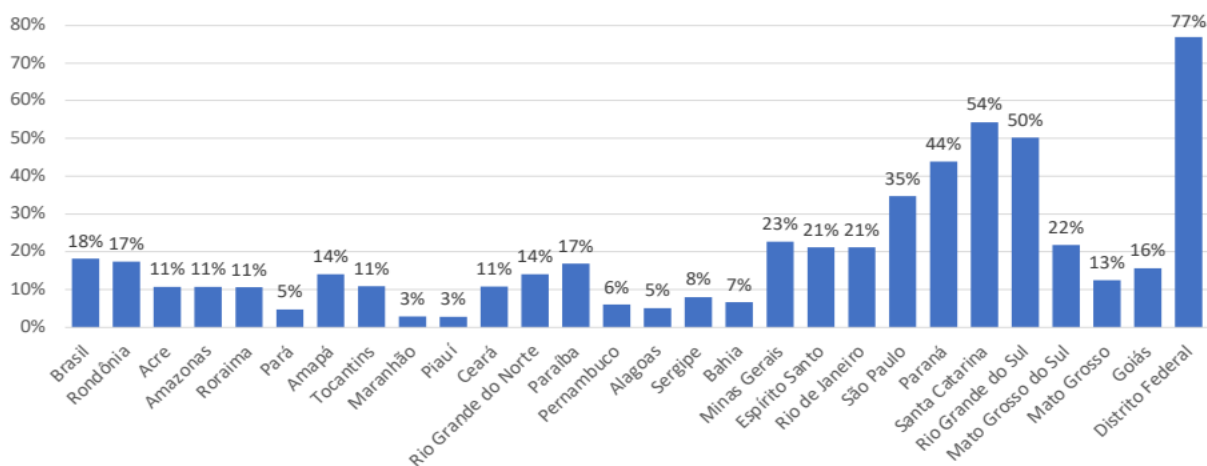
Posteriormente, torna-se importante pontuar que tivemos um período dominado pelos senhores donos de fazendas e imensas extensões de terra, adquiridas por meio do uso da força, muitas vezes ocasionando na morte de várias famílias que se recusavam a entregar o terreno que ocupavam (Maximo, 2017).

Sendo assim, o processo de divisão e organização de nosso território ainda sofre com o reflexo de injustiças históricas, o que temos hoje, aquilo que chamamos de concentração fundiária, teve seu início nesse processo histórico, a história sangrenta do Brasil que em diferentes momentos favoreceu à classe dominante (Maximo, 2017).

Hoje temos legalmente um número de 3.156.701 milhões de agricultores familiares, e percebemos uma redução significativa com relação à categoria de concessão por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva.

A seguir, observaremos os dados que versam sobre a porcentagem de estabelecimentos que recebem orientação técnica. Nesse caso, é importante frisar que o conhecimento de técnicas pode melhorar a capacidade produtiva da terra, tornando-a mais rentável:

GRÁFICO 3 - Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar com acesso a orientação técnica – Brasil e UF (2017)



Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Existe uma disparidade que é evidenciada pelo gráfico acima, na qual o índice de acesso à assistência técnica em regiões como o Norte e Nordeste são baixíssimas, o que pode caracterizar um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar rural dentro destes territórios. Por outro lado, devemos rememorar que o Nordeste é a região que mais concentrava população rural, o que reforça uma evidente contradição.

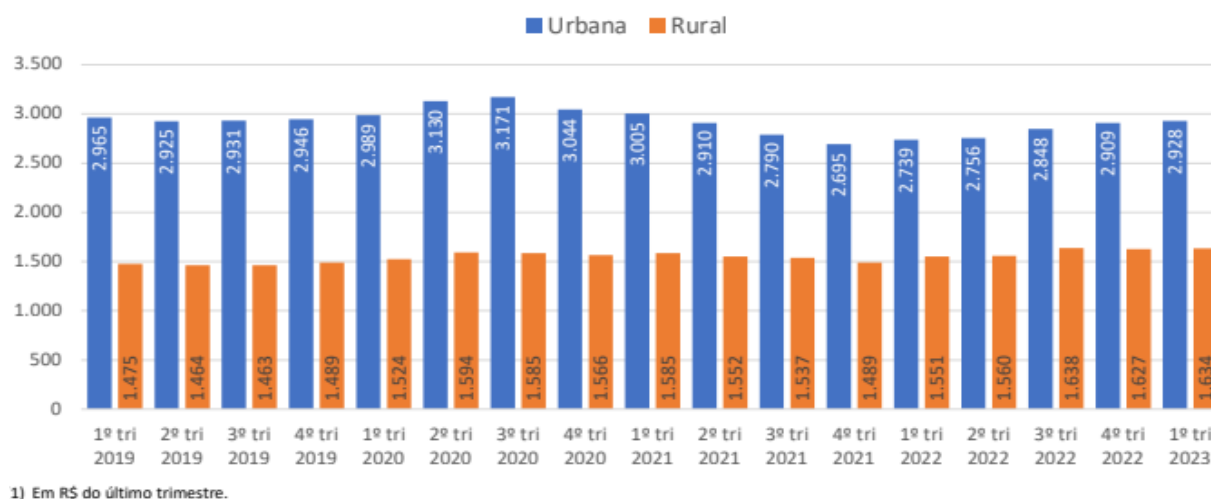
Já, estados localizados na região Sul, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apontam conseguir um acesso maior em relação à orientação técnica, o que por sua vez pode esclarecer os altos níveis de produtividade da região Sul. Todavia, o Distrito Federal aparece como o líder de acesso à orientação Técnica, situado na região Centro Oeste do país, o que explica ele ser classificado com uma produção acima da média nacional. Isso revela que a orientação técnica exerce um diferencial no que tange a desenvolvimento produtivo de uma determinada região ou localidade.

A ausência da assistência técnica adequada, acaba por ser um fator que promove a desigualdade, uma vez que, “[...] ausência de armazenagem para a produção agrícola e assistência técnica, são empecilhos para o desenvolvimento rural[...]” (Maximo, 2017), dessa forma, um agricultor que não tem acesso às informações e técnicas de manejo facilitadoras, acaba por ter impactos na sua

produção, sendo ela menos produtiva ou lucrativa do que aquele que possui acesso a tais informações (Maximo, 2017).

O Paraná, em 2017, possuía cerca de 44% de acesso a orientação/assistência técnica, o que é um percentual razoável se comparado com outros estados. A assistência técnica e extensão rural possibilitam que o produtor consiga oportunidades de desenvolver a sua propriedade, de modo, que esse suporte possa contribuir para o aumento do capital fundiário dos produtores (Wanderley, 2009).

GRÁFICO 4 - Rendimento médio real (1), habitualmente recebido por mês pelos ocupados, no trabalho principal, segundo situação do domicílio – Brasil (2019-2023)

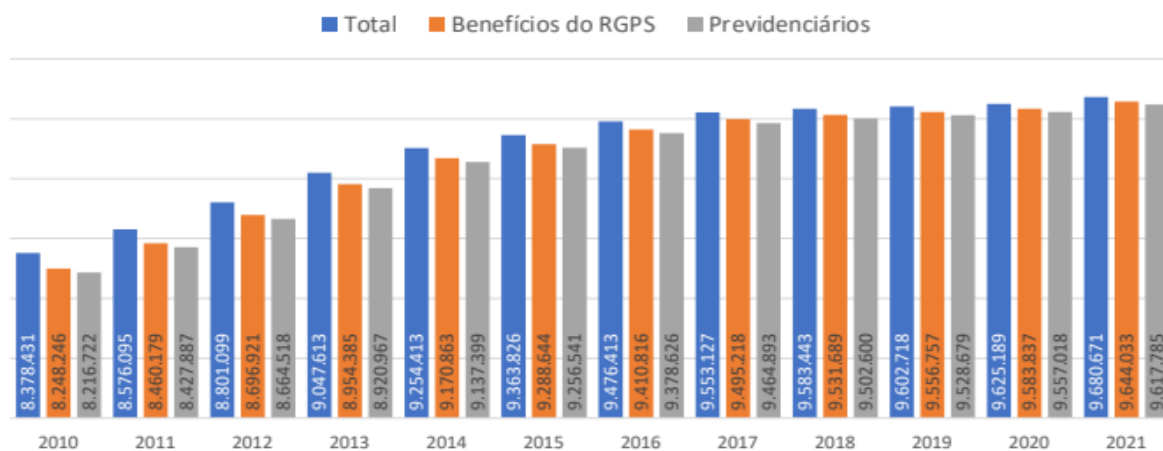


Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Observa-se uma desigualdade latente relacionada aos rendimentos, uma vez que, mesmo com todo o avanço que tivemos, o campo ainda acaba por receber menos em comparação com os ocupantes de trabalhos nas áreas urbanas.

A população da área rural acaba por receber um valor que corresponde muitas vezes à metade do que a população da área urbana. É possível notar que em todos os trimestres, o rendimento urbano é maior que o rural, deixando evidente uma diferença de ganhos constante entre os dois grupos.

GRÁFICO 5 - Quantidade de benefícios rurais ativos, segundo os grupos de espécies, posição em dezembro – Brasil (2010-2021)



Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Aqui, podemos destacar certo crescimento constante relacionado aos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social. Esse crescimento reflete um ponto importante, na qual podemos visualizar um certo nível de envelhecimento populacional com enfoque na área rural.

É válido rememorar que os trabalhadores rurais, antes de 1963, estavam sujeitos à própria sorte, uma vez que não era previsto nenhuma forma de seguridade social destinada a esse segmento. Isso porque o direito de seguridade social no Brasil era regulado pela carteira de trabalho, sendo assim, a proteção social era destinada apenas aos trabalhadores urbanos. Essa realidade começa a se alterar somente em 1963. Todavia, apenas em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, os trabalhadores urbanos e rurais passam a ser abarcados nos pilares da seguridade social (Maximo, 2017). A seguir observaremos o ciclo produtivo de acordo com o ciclo etário da população rural

QUADRO 2 - População rural com 60 anos ou mais de idade – Brasil e Grandes Regiões (2012-2022), em 1.000 pessoas.

Localidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	3.422	3.650	3.505	3.582	3.692	3.840	3.890	4.093	4.260	4.300	4.526
Região Norte	296	326	342	343	345	366	370	405	458	384	409
Região Nordeste	1.641	1.718	1.623	1.669	1.726	1.784	1.808	1.940	1.924	1.943	1.990
Região Sudeste	744	815	770	753	789	811	837	856	952	1.002	1.062
Região Sul	599	632	615	654	658	687	673	696	715	756	853
Região Centro-Oeste	142	160	156	164	175	193	203	196	212	215	212

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Conforme, foi reforçado ao longo deste trabalho, a população rural está em processo de envelhecimento. Isso é evidenciado em todas as regiões do Brasil, com um percentual maior na região Nordeste.

Um fator que contribui para o envelhecimento da população no campo decorre do êxodo rural, que fez com que a população, principalmente jovens, se deslocassem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, ficando para trás pais e avós em sua maioria (Maximo, 2017).

QUADRO 3 - População rural com 60 anos ou mais de idade, segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões (2022), em 1.000 pessoas.

Localidade	Total	Mulheres	Homens
Brasil	4.526	2.135	2.391
Região Norte	409	177	231
Região Nordeste	1.990	987	1.004
Região Sudeste	1.062	485	577
Região Sul	853	399	455
Região Centro-Oeste	212	87	125

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Ainda sobre o fator idade, observa-se que o percentual de homens com 60 anos ou mais é consideravelmente maior, do que o percentual de mulheres com essa mesma faixa etária.

TABELA 6 - Quantidade de benefícios de aposentadorias rurais ativos, segundo os grupos de espécies, posição em dezembro – Brasil (2010-2021)

Grupos de espécies	2010	2020	2021	Variação 2010-2021
Aposentadorias	5.948.329	7.059.003	7.116.665	0,8%
Tempo de Contribuição	15.357	24.322	24.402	0,3%
Idade	5.501.054	6.578.663	6.638.277	0,9%
Invalidez	431.918	456.018	453.986	-0,4%
Pensão por Morte	2.106.833	2.383.047	2.393.981	0,5%

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Podemos observar que o acesso à aposentadoria rural por idade, tem sido a modalidade mais acessada durante o período analisado, evidenciando ainda mais o envelhecimento populacional.

A Previdência Social Rural, é por si só um pilar fundamental na garantia de inclusão na proteção social, sendo essa visualizada como uma das políticas públicas que possuíam um maior alcance dentro do território nacional. Ela foi criada sendo uma grande conquista que passava a incluir os trabalhadores do campo dentro da proteção da seguridade social (Maximo, 2017).

Já em relação aos jovens, há uma considerável queda da população jovem residente no campo, o que nos explica porque o campo está em processo de “envelhecimento”. Temos destaque então, para as regiões Nordeste como a maior detentora de jovens em áreas rurais e, o Centro-Oeste com o menor índice de jovens residentes da área rural, conforme quadro abaixo:

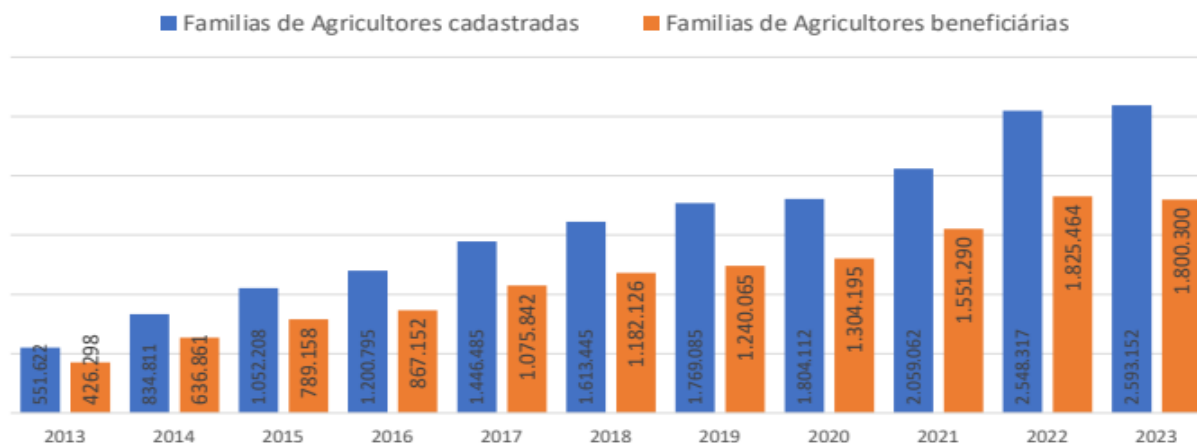
QUADRO 4 - População rural com idade entre 15 e 29 anos e com idade entre 16 e 32 anos – Brasil e Grandes Regiões (2012 e 2022), em 1.000 pessoas

Localidade	2012		2022	
	15 a 29 anos	16 a 32 anos	15 a 29 anos	16 a 32 anos
Brasil	7.582	8.305	6.457	7.217
Região Norte	988	1.064	986	1.101
Região Nordeste	3.920	4.249	3.303	3.642
Região Sudeste	1.421	1.594	1.098	1.240
Região Sul	947	1.050	796	925
Região Centro-Oeste	305	349	274	309

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Estes dados revelam uma realidade preocupante com relação a continuidade desse regime de produção, e evidenciam como o Estado possui um certo nível de carência, “[...] a carência de serviços pode se tornar um grave problema, tendo em vista a proporção de jovens e idosos no meio rural, categorias que precisamente são as que mais demandam certos tipos de serviços [...]” (Wanderley, 2009). Quanto menos vantajoso parecer para os jovens, menor será o percentual daqueles que irão ter interesse em dar continuidade na produção familiar.

GRÁFICO 6 - Famílias de agricultores familiares cadastradas no Cadúnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família (2013-2023)

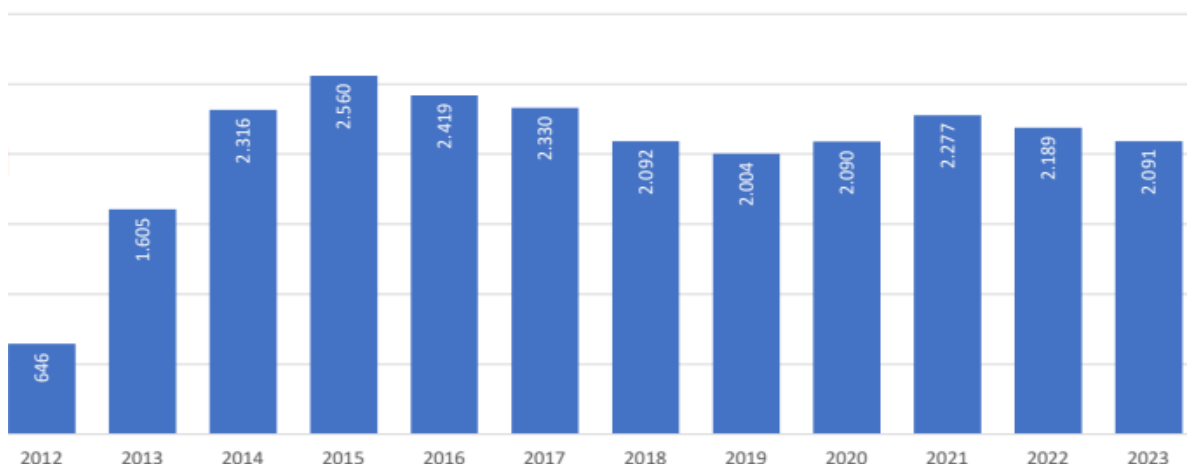


Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

O número de agricultores familiares cadastrados no Cadastro Único vem apresentando um aumento importante ao longo dos anos, e o de famílias que recebem Bolsa Família, também possui um número expressivo. O Bolsa Família e o Cadúnico são instrumentos importantes, principalmente no que tange ao combate às desigualdades sociais, buscando promover uma segurança socioassistencial.

O cadastramento nesse sistema é importante, pois apresenta um dado estatístico extremamente relevante, que nos permitem olhar o contraste entre aqueles que apenas se cadastram e os que procuram acessar o programa de transferência de renda, uma vez que estes se encaixaram nos critérios de insegurança financeira, o que torna evidente a dificuldade de manutenção das necessidades básicas da família por meio da produção rural.

GRÁFICO 7- Famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Muitas famílias que possuem acesso ao crédito fundiário, também são beneficiárias do Programa do Bolsa Família (PBF). Isso evidencia como tais programas são importantes, uma vez que, apesar do suporte de crédito que eles acessam, ainda é necessária uma renda subsidiada então pelo PBF, uma vez que tais famílias de agricultores se enquadram dentro do critério.

A concessão de crédito, não significa que a pessoa tem alta concentração de renda, mesmo sendo produtor e muitas vezes patrão de si mesmo, esse trabalhador também é proletário de si mesmo e, pode procurar os programas sociais visando obter um suporte social e financeiro.

TABELA 7 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia e grupos de área total, Região Sul – Brasil (2017)

Grupos de área total	Não é Agricultura Familiar	Agricultura Familiar
Total	100%	100%
Menos de 50 ha	55%	94%
De 50 a menos de 100 ha	11%	6%
De 100 a menos de 200 ha	15%	0%
De 200 a menos de 500 ha	12%	0%
De 500 a menos de 1.000 ha	5%	0%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2%	0%
Mais de 2.500 ha	1%	0%
Produtor sem área	0%	0%

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

A região Sul em particular, não apresenta uma distribuição muito diferente do panorama geral do país, onde o agricultor familiar, passa a trabalhar e produzir em pequenas extensões territoriais, o que evidencia uma estrutura produtiva reduzida, com realização das atividades produtivas realizadas quase sempre pelos membros constituintes do círculo familiar.

Praticamente quase todo o quantitativo da agricultura familiar está estabelecido em áreas com menos de 50 hectares o que leva a entender tais produções como sendo de pequena escala. Enquanto um pequeno percentual de pessoas são donas das médias e grandes propriedades, assim sendo, reflexo de desigualdades históricas relacionadas à posse de terra.

TABELA 8 - Liberações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) – Brasil (2018-2023*)

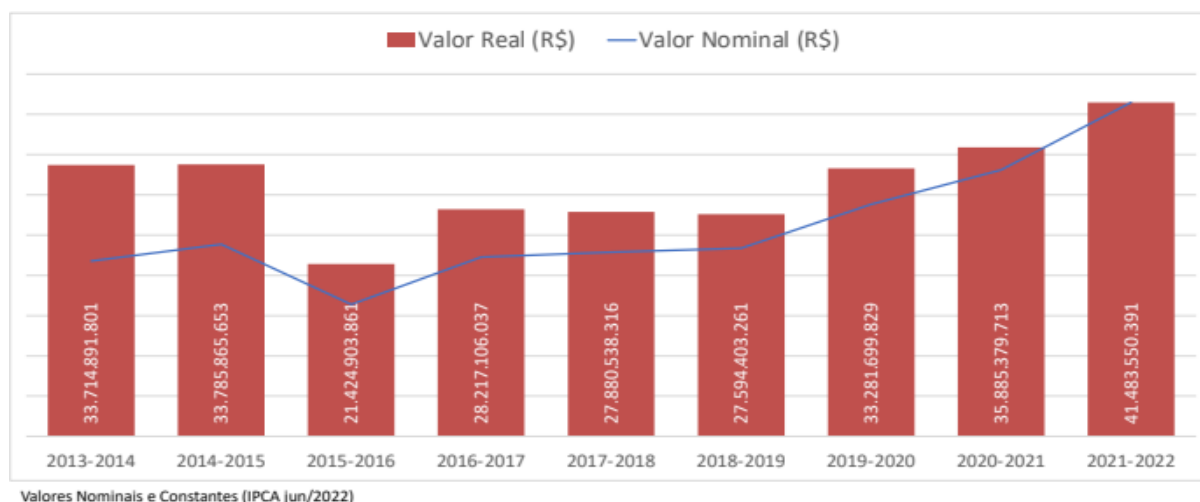
Ano	Operações (famílias)	Valor Liberado (R\$)	Valor Médio Liberado (R\$)	Dias de Liberação (Média)**
2018	625	30.995.616,87	49.592,99	104
2019	725	44.220.432,92	60.993,70	102
2020	1.004	95.614.435,00	95.233,50	77
2021	1.178	117.469.683,28	99.719,60	101
2022	1.159	145.752.881,14	125.757,45	62
2023	588	90.412.720,10	153.763,13	84
Total	5.279	524.465.769,31	99.349,45	86

(*) Até junho. (**) Dias entre a contratação e a liberação do crédito.

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

O número de famílias que conseguiram acessar a liberação do crédito fundiário, estava em crescimento de 2018 até meados de 2022. Esse crédito subsidia o produtor e o incentiva a investir em sua propriedade e seus cultivos. Porém a partir de 2023 registramos uma queda significativa nos números de liberações de crédito. Tal ocorrência pode se dar ao fato de mudanças e maior critério nas avaliações para concessão dos benefícios.

O sistema de crédito consiste em um mecanismo do modo de produção capitalista, logo, reflete as mesmas contradições, uma vez que, na mesma medida que cria estratégias de acesso ao crédito impõe barreiras que limitam o alcance desses benefícios (Harvey, 2013).

GRÁFICO 8 - Crédito rural do Pronaf - evolução dos recursos financeiros – Brasil

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Podemos ver o aumento ao longo dos anos do nível de investimento no que tange a questão do crédito rural para a agricultura familiar. Demonstrando assim, como o governo tem lidado com a situação de investimento no campo, essas políticas de crédito criadas e mantidas, possibilitam oportunidades para os agricultores que procuram melhores condições para o desenvolvimento da sua produção, renovar e investir em maquinários entre outros fatores que contribuem para o aumento de produtividade e, conseqüentemente, geram impacto no lucro e renda dessas propriedades.

Temos o PRONAF, “[...] o maior programa de desenvolvimento econômico direcionado aos pequenos produtores rurais que se tem conhecimento [...]” (Maximo, 2017, p. 88). Esse programa representa uma conquista muito significativa para a agricultura familiar do Brasil, possuindo ainda, enquanto algumas de suas finalidades, fortalecer o papel que a agricultura familiar já desempenha enquanto produtora de alimentos que possam estar garantindo a segurança alimentar e poder estimular também os mercados locais.

QUADRO 5 - Quantidade de contratos por Região e safra (Pronaf) – Brasil

Safra	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
2013-2014	553.590	286.320	782.271	101.187	59.405
2014-2015	534.807	286.117	905.735	87.886	62.718
2015-2016	388.348	172.277	550.004	44.641	35.993
2016-2017	444.728	208.319	792.610	50.225	44.606
2017-2018	414.704	206.267	816.158	47.982	41.231
2018-2019	384.713	170.685	704.598	41.282	38.678
2019-2020	398.199	174.440	741.232	46.722	41.781
2020-2021	407.111	807.887	182.754	43.603	39.678
2021-2022	395.708	750.504	178.661	66.136	41.749

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Aqui, observamos como a região Sul e Sudeste apresentam os maiores números de contratos relacionados ao Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém podemos observar também como a distribuição dos contratos não se dá de forma uniforme entre as regiões.

O PRONAF é um dos principais sistemas de acesso ao crédito que tem por público específico o agricultor familiar, porém ainda que com a criação desse sistema, nota-se como ele passa a se mostrar insuficiente ao considerar a unidade familiar de produção, uma vez que possui diversos critérios de acesso até sua efetiva liberação para o agricultor. Essas dificuldades perpassam a vida desse trabalhador cotidianamente, e nem sempre é algo vantajoso ao produtor, tanto na questão burocrática, quanto na política do programa de investimento e custeio (Da Silva, 2012).

TABELA 9 - Sindicatos de Trabalhadores(as) com registro ativo, em 2022 (CNES/MTE)

Nível	Rural	Urbana	Total Geral
Confederação	2	34	36
Federação	32	409	441
Sindicato	3.205	9.019	12.224
Total Trabalhador	3.239	9.462	12.701
Total Geral	4.983	13.327	18.310

Fonte: Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023.

Podemos observar a existência de maior concentração de sindicatos de trabalhadores localizados em áreas urbanas, enquanto os que se encontram em áreas rurais são quase a metade em quantitativo comparado com os da cidade, o maior número se expressa dentro da categoria de sindicatos.

A presença desse tipo de organização é fundamental, uma vez que é por meio deles, que ocorre a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores diante dos seus empregadores e do Estado. Quando os trabalhadores conseguem se organizar coletivamente eles passam então a exercer também a participação social, contribuindo para a discussão e criação de ações que beneficiam todos os integrantes.

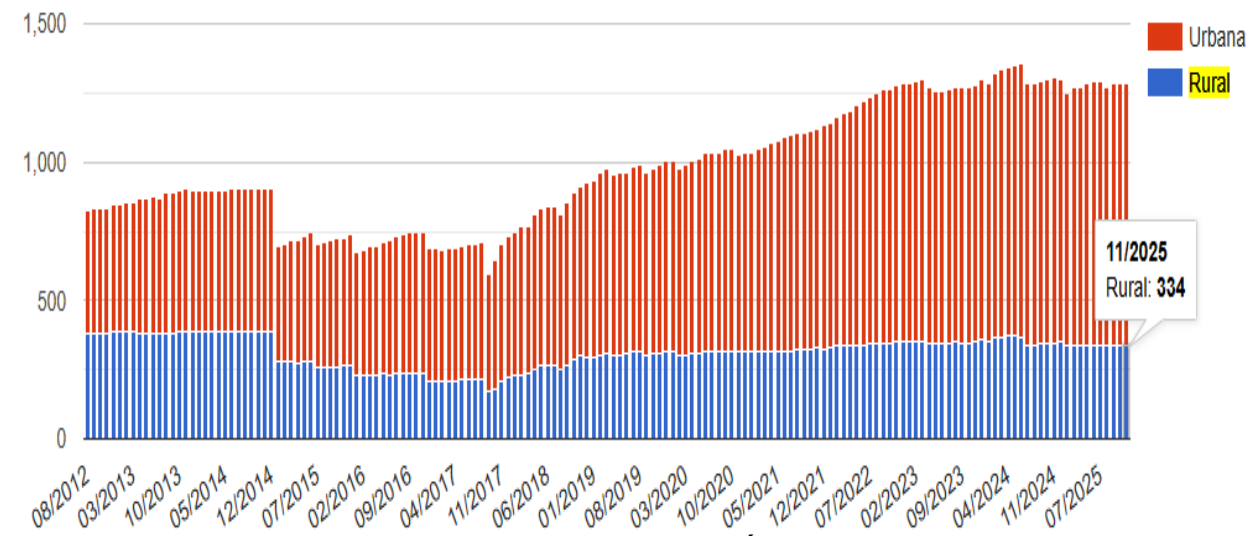
O Estado ao longo da história beneficiou muito a agricultura patronal também conhecida como agricultura empresarial, tendo em vista isso, a criação de instituições e organizações que promovam o fortalecimento do pequeno agricultor familiar no campo é extremamente importante (Da Silva, 2012).

É nesse contexto que os camponeses se organizam primeiramente em sindicatos e associações e/ou grupos informais no intuito de reivindicar a presença de políticas públicas e de sobrevivência diante das adversidades do capital. [...] (Da Silva, 2012).

Cabe aqui destacar que Lidianópolis-PR não possui um sindicato que represente estes trabalhadores, contudo, dentro do município existe a presença da Associação de Produtores Rurais do Município de Lidianópolis (APROLI), a qual falaremos mais na próxima seção.

As duas tabelas subsequentes não compõem o material presente no anuário da agricultura, no entanto trazem dados de extrema relevância sobre o município de Lidianópolis-PR, sobre sua população rural. Estes dados, auxiliaram na compreensão e dimensionamento desta população no território:

GRÁFICO 9 – Quantidade de famílias cadastradas por situação de domicílio – município de Lidianópolis-PR



Fonte: BRASIL. Ministério da Cidadania. Painel do Cadastro Único – PBFCAD, 2025.

Este número consiste no total de famílias que realizaram o cadastro único e declararam residir em áreas rurais dentro do município de Lidianópolis-PR.

QUADRO 6 – Demografia de Lidianópolis-PR

DEMOGRAFIA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	ESTADO
População Estimada	IBGE	2025	3.987	11.890.517
População Censitária Total	IBGE	2022	3.938	11.444.380
População Censitária Urbana	IBGE	2022	2.744	10.179.847
População Censitária Rural	IBGE	2022	1.194	1.264.533
População Censitária Feminina	IBGE	2022	2.010	5.867.030
População Censitária Masculina	IBGE	2022	1.928	5.577.350

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. 2025.

O número apresentado já evidencia o quantitativo de indivíduos residentes na área rural do município, os quais, de um total de 3.938 habitantes, cerca de 1.194 representam a população habitando na área rural, ou seja, representando cerca de 30,32% da população do município.

Na próxima sessão também iremos analisar qualitativamente como as pessoas e representantes do Estado e sociedade civil organizada se compreendem em meio às relações de produção de Lidianópolis - PR.

4. AGRICULTURA FAMILIAR EM LIDIANÓPOLIS- PARANÁ: UMA AMOSTRA DA REALIDADE LOCAL

4.1 As particularidades das relações de produção rural no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis-Paraná

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2025), o município de Lidianópolis fica localizado na região Norte Central do Paraná, a cerca de 371,86 quilômetros da capital paranaense, Curitiba. É o resultado do desmembramento do município de origem Jardim Alegre – PR, ocorrido em 01/01/1993.

Historicamente, sabe-se que a região em que hoje fica situado o município de Lidianópolis, já fez parte de uma grande fazenda, a chamada Fazenda Ubá, que pertencia à família Landisberg. O processo de movimentação e interesse nestas terras começou por volta da década de 1929, quando a empresa denominada Sociedade Territorial Ubá, Ltda, teria adquirido e passado a administrar a área que correspondia à antiga fazenda dos herdeiros de Alberto Landisberg (Quiezi, 2020).

Segundo Quiezi (2020), o processo de aquisição dessas terras, foi realizado com base em uma documentação duvidosa, uma vez que nesse período, era muito comum a chamada ações de posseiros e da chamada ‘grilagem’¹⁰, por isso, esse perímetro era popularmente chamado de:

“Fazenda Ubá”, a “Fazenda de Ubá”, o “Grilo Ubá”, a “Gleba Ubá” e/ou o “Bendegó do Ubá”. Tais termos, a saber, foram utilizados no decorrer do processo de ocupação e nas demandas geradas por conta da legitimação de posse dessas terras (Quiezi, 2020, p. 19).

O município de Lidianópolis é considerado “novo”, pois possui 35 anos, sua ocupação foi bem diversificada, e os primeiros pioneiros da área em específico que corresponde ao município chegaram por volta de 1942 e 1944.

¹⁰ Segundo Souza (2023), o termo surgiu para caracterizar uma prática de falsificação de documentos com o objetivo de simular a posse de determinado terreno. Essa falsificação consistia em envelhecer artificialmente os papéis que indicavam a ocupação da área. Para isso, utilizavam-se insetos (especialmente grilos) que corroíam as folhas, e seus fluídos deixavam o papel amarelado, conferindo-lhe uma aparência antiga.

De acordo com as entrevistas realizadas, buscou-se compreender como se deu o processo de ocupação do território por parte dos entrevistados. Vejamos as falas dos ENTREVISTADOS (trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar) a seguir:

ENTREVISTADO 1

“Meus pais, vieram aqui na época de mato, 58, 59, pioneiro, pioneiro. Era tudo mato isso aqui, aí que o pessoal foi desbravando um pouquinho mais, eles vieram de Apucarana, eles compraram na época, as famílias estavam vindo também, daí um comprou do lado de cá, outro comprou do lado de lá, um comprou 20 alqueires, outro comprou 10, a família”

ENTREVISTADO 2

“Quando meu avô veio de lá, ele comprou, um pedaço de terra aqui, onde meus pais moram, daí passou pro meu pai, que é herdeiro, minha mãe, ela é de Minas Gerais, meu pai é paulista. Daí quando meu pai veio de lá, daí aqui ainda era mato, Lidianópolis ainda era tudo mato”

ENTREVISTADO 3

“Moro no município desde que nasci, eu morava lá no Monte Alto com a minha família”

Com base no exposto acima, notamos que a maioria das famílias entrevistadas que se instalaram no município conseguiram acessar a terra por meio da compra direta de pequenos lotes. Tais lotes teriam sido divididos e vendidos pela Sociedade Territorial Ubá, Ltda. Vale ressaltar o caráter duvidoso dos documentos de posse da Companhia referente a este território, já a partir dos anos de 1940.

Segundo Quiezi (1999), “[...] a vasta região teria atraído a atenção de ‘desbravadores’ dos mais longínquos pontos do Brasil e imigrantes de países [...]” (*apud* Farias, 2020, p. 65). O período em questão é correspondente ao pontuado pelos entrevistados, que coincide com a chegada de suas famílias ao município.

Assim, nota-se que o processo de ocupação e consolidação das posses das terras, envolveu variadas disputas fundiárias, sendo algumas feitas com uso de extrema violência, reforçando o pensamento de Marx ao afirmar que “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2017, p. 787), para então, posteriormente, estabelecer os primeiros moradores efetivos no município, que passaram a constituir famílias nesta localidade.

A população que vinha para esta região foi sendo responsável pelo cultivo e plantio das primeiras lavouras e, ainda para além disso, foram os responsáveis pelo recepcionamento dos outros recém-chegados à localidade (Farias, 2020).

A partir daí, percebe-se que a economia local passou a ser eminentemente agrícola. Um dos agentes estatais, que participou desta entrevista de campo, salientou que:

INSTITUIÇÃO 1

“A região nossa, o nosso município aqui, ele é especialmente baseado na agricultura familiar”

A cidade foi se desenvolvendo a partir disso, na qual os moradores, em sua grande maioria, iniciaram a vida trabalhando nas plantações ou cultivando em suas próprias lavouras, logo, constata-se que “a maior parte adquiriu as terras e derrubou as matas para o plantio de café; outros instalaram-se no comércio; outros ainda foram trabalhar nas fazendas como colonos” (Quiezi, 2020, p. 159), inaugurasse então, o processo produtivo da agricultura por meio do plantio inicial de café. Assim como pontuam a maioria dos trabalhadores rurais entrevistados ao serem perguntados sobre o tipo de cultivo que havia na região na época, constam as seguintes plantações:

ENTREVISTADO 1

“Antigamente a produção aqui era muito café, milho, né, algodão”

ENTREVISTADO 2

“Antigamente só existia, assim..., café”

ENTREVISTADO 3

“Quando eu era criança, a gente via lá só o café, o milho e o algodão...”

O que evidencia também traços históricos do nosso país marcado principalmente pelo predomínio da cafeicultura, cultivo esse que foi um dos fatores econômicos que permitiram a estabilização das famílias rurais neste território, sob uma lógica produtiva dentro do sistema capitalista (Plein, 2010).

Cabe aqui destacar, que o valor para acessar as terras, segundo Harvey (2013), está fortemente ligado a um fator para além do valor estabelecido pelo mercado agrícola, pouco está ligada à rentabilidade da terra, ou cultura ali cultivada.

O preço das terras varia conforme a procura por sua compra, ou seja, ocorre muitas vezes com o aumento da população se deslocando para as áreas rurais, o que acaba por influenciar fortemente nos valores que serão cobrados para a aquisição de tais propriedades (Harvey, 2013).

Cada um dos trabalhadores, que passaram pelo processo de entrevista, percorreram um caminho para acessar as terras, desde a compra direta por meio de seus pais que então repassaram a eles, ou, ao falecer deixaram como herança. Assim como temos aqueles que não possuíam terras, mas conseguiram ao longo dos anos adquirir este meio de produção. Vejamos um pouco deste processo para a aquisição de pequenas extensões de terra, segundo os relatos dos ENTREVISTADOS 2 e 3:

ENTREVISTADO 2

“Quando eu casei, daí eu morava, assim, no terreiro, né, da minha sogra e do meu sogro. Tinha uma casinha de madeira lá..., aí depois, passou ali uns 10 anos, a gente conseguiu comprar um pedacinho de terra pra nós... e daí, conseguimos fazer uma casinha. E nós estamos lá”

ENTREVISTADO 3

“A primeira chacinha foi muito difícil, a primeira chacinha, comprei com muito trabalho. Vendi o gol pra comprar a chácara, e vendi um pouco de café. Fiquei devendo três mil para o outro ano ainda. Daí, consegui o primeiro... Dois alqueiro lá na Nossa Senhora de Fátima, no começo, não foi fácil, não. Foi difícil, só Deus sabe”.

Estes relatos refletem o que Harvey (2013) traz em sua análise, ao discorrer que, para o trabalhador rural o acesso ao direito à terra se mostra permeado por dificuldades. Evidenciando como o processo de acesso a uma propriedade própria, muitas vezes exige que o pequeno produtor se desfaça de outros bens para conseguir adquirir terra, especialmente para os produtores em regime de agricultura familiar, uma vez que os preços cobrados aumentavam de acordo com a procura por terrenos nesta localidade (Harvey, 2013).

Em contrapartida temos aqueles que se acessaram à propriedade através de herança familiar dentro do município. É importante reforçar que este território enquanto alvo de disputa e conflitos fundiários, consiste em uma região a qual se destaca a forte presença de posseiros e da prática da grilagem como já explicitado anteriormente como meios ilegais de acesso à terra (Quiezi, 2020). Assim, existem pessoas que se acessaram às terras nesta localidade por esse viés ilegal, podendo ser estas repassadas enquanto herança como forma de continuidade de posse sobre a propriedade. Correspondente a isso seguiremos para as falas dos ENTREVISTADOS:

ENTREVISTADO 1

“Na época era do meu pai, eles vieram de Apucarana, eles compraram..., agora só tem 10 alqueires. Tem 5 que é do meu pai e 5 que era do pai deles, aí os herdeiros vendeu”

ENTREVISTADO 2

“Quando meu avô veio de lá, ele comprou, né, um pedaço de terra aqui, onde meus pais moram, daí passou pro meu pai, que é herdeiro”

Os precursores da agricultura tiveram que comprar as terras da Sociedade Territorial Ubá, Ltda. (que na época já enfrentava problemas com a justiça devido à documentação duvidosa da propriedade deles), e seus filhos receberam as terras como herança para que pudessem dar continuidade às atividades agrícolas da família. Iniciando então, o processo de linha sucessória, na qual os filhos ou filho escolhido passa a dar continuidade ao trabalho que antes era feito por seus pais, desde o plantio, cultivo e colheita até a administração dos lucros e vendas (Silvestro, *et al.*, 2001).

Por vezes, a categoria produtiva em regime de agricultura familiar foi tida como uma categoria findável, assim como pontua o autor Plein, ao se referir à perspectiva de Marx sobre o futuro da agricultura familiar, na qual destaca que “as teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura” (Plein, p. 3, 2010), contudo, o que podemos observar, é uma alteração nos modos de organização do trabalho dentro deste regime de produção, mas não o seu desaparecimento, por completo (pelo menos por enquanto),. Uma vez que tal regime opera sob a lógica capitalista, ele também está sujeito a passar por momentos de adaptação para a própria preservação, até mesmo para a continuidade das próximas gerações que assumiriam as propriedades, bem como, está sujeito a processos de pressão política que podem gerar maior investimento estatal nesta área (Plein, 2010).

Sendo assim, nota-se que muitas das propriedades dos atuais moradores foram obtidas por meio de herança familiar, pois seus pais ou avós como pioneiros, foram os responsáveis pelo processo de compra dos terrenos e seus filhos e netos dão continuidade aos cultivos e trabalho na terra. O processo do trabalho no campo recebe incorporação de novas maneiras de cultivo por esses herdeiros, reforçando a ideia de adaptação (Maximo, 2017). Outro aspecto importante levantado durante as entrevistas se refere ao auxílio obtido por parte de seus filhos na propriedade. Seguiremos então para tais relatos:

ENTREVISTADO 1

“A minha filha trabalha na cidade, e a minha mulher trabalha como agente de saúde, daí”

ENTREVISTADO 2

“A minha filha mais nova, ela tá trabalhando aqui no mercado, mas, assim, antes, ela ajudava bastante lá no sítio”

ENTREVISTADO 3

“Na agricultura familiar, só eu e os irmãos mais dois irmãos. O pai nos ajudava...O pai aposentou, daí parou, né, foram dez anos já. Mas, hoje, é eu e mais dois irmãos, nós somos sócios”

A sucessão familiar ainda é um debate delicado permeado pelas mais diversas questões que possibilitam ou não a continuidade da família e dos herdeiros na propriedade e na produção, dessa forma, assim como observado nos relatos acima, percebe-se um movimento por parte dos filhos, em que alguns buscam permanecer na propriedade, mas muitas vezes por falta de renda acabam optando por procurar segundas opções de emprego nos centros urbanos (Maximo, 2017).

A questão da sucessão familiar será abordada com mais detalhamento nos próximos subtópicos da sessão, no qual se pretende trazer as principais dificuldades de permanência desses jovens no campo.

O município de Lidianópolis-PR, caracterizado por uma população de 3.938 habitantes (IBGE, 2025), tem sua economia baseada principalmente nas atividades agrícolas. Não só na agricultura em si, mas num regime específico, o qual se configura como agricultura familiar. Vejamos agora a fala do agente estatal da INSTITUIÇÃO 1, que buscou dimensionar o quantitativo dessa atividade presente no município:

INSTITUIÇÃO 1

“De uns 300, 350 agricultores familiares, assim, o nosso município, a base dele é a economia familiar, a agricultura familiar..., é difícil eu falar o número exato pra você de agricultores familiares. Pelo conceito que a gente tem de lei, seria em torno disso aí que eu passei”

INSTITUIÇÃO 2

“Então, assim, e a gente vem diminuindo ao longo do tempo, mas, ainda há de 300 a 400, né, de 350 agricultores familiares”

O quantitativo apresentado pelas instituições vai de encontro ao número da população cadastrada no Cadastro Único, como residente em área rural dentro do município. Assim como já demonstrada na tabela da seção anterior.

É valido ressaltar que este número compreende ao total de famílias e não de indivíduos separados, isso em relação aos trabalhadores em regime de agricultura familiar que produzem e tiram renda de seus cultivos para comercializar, vendendo tanto localmente quanto exportando para grandes centros, fora a população que não é dona da terra, mas trabalha nela.

A questão da renda é de suma importância uma vez que sem um lucro efetivo não se torna possível a continuidade da família naquela propriedade, pelo menos, não sem uma renda alternativa. Sobre isso, no decorrer das entrevistas foi verificado que:

ENTREVISTADO 1

“Eu tenho um pouco de café, um pouco de goiaba, bem pouco de milho. Daí vai manejando, colheita de um e de outro”

ENTREVISTADO 2

“Hoje, nós mexemos com estufa de tomate, e, também, nós temos um pedacinho de café...você pode plantar lá um tomate que você pode colher duas vezes no ano, então entra mais, a renda aumenta”

ENTREVISTADO 3

“O carro-chefe é o café, depois vem o tomate, que é um extra, o tomate dá mais gasto, só que ele... ele produz mais, o café, você colhe a colheita boa, uma fraca, uma boa, uma fraca, né. Daí entra o tomate, segurando. Tem que ter hoje, no futuro familiar. Se tiver uma segunda renda... aí se você não tiver, não consegue sobreviver”

Os relatos dos entrevistados demonstram, como o pequeno produtor faz uso de estratégias de sobrevivência para conseguir se manter e manter sua propriedade. Tais estratégias se configuram enquanto meios de resistência, em meio ao modo de produção capitalista, ao qual estão inseridos (Maximo, 2017).

O município de Lidianópolis-PR, por se tratar de um município de porte pequeno, acaba por não conseguir assimilar tudo que é produzido dentro de seu território, uma vez que não possui mercado interno para tal feito. Isto se torna perceptível nas ENTREVISTAS a seguir:

INSTITUIÇÃO 2

“O comércio local, aqui na região nossa, não assimila tudo que é produzido aqui. Daí vai para fora, para os grandes centros”

ENTREVISTADO 1

“A gente entrega na cooperativa, né, a soja, o milho, toda a produção, o café... o café, depois, um pouco eu ia entregar na Cocari, aí eu limpava no vizinho e vendia beneficiado. Aí vendia direto na corretora e as goiabas eu entrego para o Mandu aqui em cima e ele leva para o mercado junto com as dele”

ENTREVISTADO 2

“O tomate a gente consegue mandar pra fora pro CEASA, né, que no meu caso, o rapaz busca lá e leva pra Maringá. Agora, o café, a gente comercializa aqui mesmo, em Jardim Alegre, ali na Cafeeira. Aí eu tenho, sabe assim, banana-maçã, que eu entrego aqui no mercado, mas não é muito, sabe. É mais ou menos quatro, cinco cachos por mês”

ENTREVISTADO 3

“Nós levamos nuns pares de lugar... o que nós achar lá que vai pagar mais. Tem vez que eu vendo na Coamo. Não tem lugar fixo. Vendo lá em Borrazópolis. Não tem... o que vai pagar mais melhor. Não é vendendo aqui, né, não é assim. É que o produtor tem que ver o que é melhor pra ele também”

Tais relatos trazem à tona a dificuldade enfrentada que, apesar de se tratar da produção de alimentos e mercadorias de pequenos agricultores familiares, eles ainda conseguem uma alta produção, tendo em vista o pequeno porte de suas propriedades e contando com o trabalho apenas de elementos que compõem a família, sua produção consegue atender a demanda local e ainda é escoada para outras cidades, ou assimilada pelos grandes latifundiários da região.

Percebe-se que há um vínculo com o mercado externo, e há também uma dependência dos atravessadores, como meio de estabelecimento para esse vínculo comercial, sendo assim, evidencia-se a possibilidade de produzir bastante, de modo a ter um impacto positivo na renda dessas famílias. Essa ampliação dos mercados consumidores, trouxe uma nova perspectiva favorável ao pequeno produtor, pois permite que se tenha um escoamento de sua produção, ao mesmo tempo em que se passa a ter uma segurança de renda maior (Maximo, 2017).

A média de idade do produtor rural como evidenciado nos gráficos anteriormente, entram na faixa etária de 39 a 50 anos, como uma das faixas etárias mais presentes no campo no município de Lidianópolis. Seguimos para o que, segundo as INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS, seria o correspondente à faixa etária dentro do território municipal:

INSTITUIÇÃO 1

“Se for na época da colheita ali, você vê pessoas acima de 50 anos fazendo serviço. Coisa, que pegar 20 anos atrás, ali era a “piaçada”, ali de 15, 20, 25 anos estavam fazendo o mesmo trabalho. Então esses mesmos trabalhadores ali atrás, que estão hoje”

INSTITUIÇÃO 2

“A média do nosso agricultor está em torno de 50... A média, vamos colocar aí, 50, 52 anos”

INSTITUIÇÃO 3

“Pequeno produtor, em regime de agricultura familiar com idades se encaixa... tem produtores de 25 até 65 anos”

Então, o que temos é a característica de uma força de trabalho mais envelhecida, especialmente se levarmos em consideração que, aos jovens o ambiente do campo não tem se mostrado suficientemente rentável, explicando assim seu movimento de migração para os centros urbanos em busca de outra atividade produtiva (Maximo, 2017).

INSTITUIÇÃO 1

“São mão de obra mais envelhecidas mesmo. Os jovens hoje não estão com aquele anseio de ficar na propriedade e trabalhar”

INSTITUIÇÃO 2

“Nós temos um êxodo na região de jovens, tá. Esses jovens, de repente, não se qualificaram para o meio rural e procuram outras formas de estar atuando, trabalhando. O que muitas vezes não é oferecido aqui no município da região e eles saem. Eles migram para os centros de urbanos. Então, claro que essa falta de mão de obra é gerada por esse fator também, tá. Não só esse motivo...é um dos motivos. Não há a sucessão rural. Há, mas de forma bem tímida, pequena”

ENTREVISTADO 3

“Essa geração nutela que tá vindo aí não... não vai aguentar não então, porque... daí espera tudo. Com essa geração que tá vindo aí a agricultura familiar a tendência é diminuir. É que os filhos não querem mais ficar, não...hoje eles não querem mesmo... Tá pros velhos mesmo!”

Desta forma, podemos entender que, para além do processo natural de envelhecimento do trabalhador rural que vem ocorrendo dentro da categoria da agricultura familiar, observa-se um nível de desinteresse, por parte dos herdeiros em continuar trabalhando nas propriedades de seus pais. Se elas não se apresentarem como um nicho de trabalho lucrativo, a transferência hereditária dessas propriedades pode até ocorrer, mas nem sempre os filhos e netos passarão a realizar a atividade produtivas que os donos iniciais realizavam naquele terreno. Muitos ainda, preferem arrendar as terras para terceiros para terem menos trabalho para a manutenção daquela terra (Maximo, 2017).

O arrendatário passa a ter acesso a uma área maior de plantio mediante ao mecanismo de ‘aluguel’ do uso da terra. Frente a isso, o autor pontua que, “[...] os produtores-proprietários, por exemplo, ficam diante de uma escolha clara entre adquirir a terra ou arrendá-la de outrem [...]” (Harvey, 2013, p.448). Enquanto dono de

um meio de produção inserido no sistema capitalista, o proprietário, faz uso dessa estratégia para que não necessite custear a produção e manutenção de sua propriedade, deixando-a livre para que outro produtor interessado possa cultivar a área (Harvey, 2013). Sobre este cenário, a INSTITUIÇÃO 2, durante a entrevista, trouxe o seguinte comentário:

INSTITUIÇÃO 2

“A população vai ficando idosa, e muitas vezes eles pegam essas propriedades e terceirizam, depois alugam realmente. Nós não vamos mais tocar porque estamos idosos, ou arrenda, e arrenda, arrenda, por um preço que é barato até. Vão se aposentar, vão arrendar terra, vão alugar terras para terceiros e vai viver daquilo depois da aposentadoria”

É uma maneira de tornar aquele terreno, no qual ele em específico não deseja trabalhar, de certa forma lucrativo, uma vez que sob a terra criasse um valor para o seu usufruto mediante terceiros. Isso é uma forma de gerar renda apenas com a terra, mas sem a necessidade de trabalhá-la (Marx, 2017).

No município, a produção se concentra em uma diversificação atual com o manejo de outras culturas para além do cultivo do café. Com relação a isso, as INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS trazem que:

INSTITUIÇÃO 1

“A principal agricultura hoje é soja, milho, depois é a pecuária de leite, trigo e a cafeicultura, e uma das culturas que está em crescimento aqui é a fruticultura. Principalmente o abacate, goiaba e maracujá, vem crescendo bastante. E a maior em regime de agricultura familiar é a fruticultura, porque os outros já estão muito mecanizados. Porque a fruticultura é mais difícil de se mecanizar, é mais difícil de você ir lá colher um abacate. Não tem uma máquina que vai lá e tira. O café ainda é. Agora a gente conseguiu a máquina que vai facilitar essa questão da colheita, mas a fruticultura exige mais mão de obra”

INSTITUIÇÃO 2

“Com relação ao perfil do agricultor familiar... os agricultores hoje que trabalham com o hortifruti, que é a questão da fruticultura e da agricultura, têm produtores pequenos aí que trabalham com grãos. Tem produtores que trabalham com café, tem produtores que trabalham com leite”

INSTITUIÇÃO 3

“Alguns produzem goiaba, outros têm abacate e a maioria café”

A produção dentro do município varia de acordo com o período histórico em questão, e as condições que cada período traz, demonstrando então, como os pequenos produtores têm manejado suas produções em favor de obter uma maior

renda. Sobre esta capacidade de reorganização e reestruturação de suas produções, a autora Wanderley apresenta que:

[...] Esta capacidade é o resultado, antes de tudo, das estratégias familiares, em suas dimensões multifacetárias. Assim, mais do que as diferenças quanto aos níveis de renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar [...] (Wanderley, 2009, p. 15).

Assim sendo, o contexto histórico, social e econômico pode criar impactos até mesmo no tipo de cultivos produzidos em determinada localidade, onde os produtores se utilizam de técnicas para garantir a continuidade de geração de renda e lucro sobre a propriedade, e isso influencia na heterogeneidade das produções.

Para além de uma fala apenas das instituições, os próprios produtores rurais ENTREVISTADOS trazem elementos em seus relatos que evidenciam a sua produção diversificada como mecanismo de manejo de renda:

ENTREVISTADO 1

“Eu tenho um pouco de café, um pouco de goiaba, bem pouco de milho”

ENTREVISTADO 2

“Nóis mexemos com estufa de tomate, e, também, nós temos um pedacinho de café, banana maçã”

ENTREVISTADO 3

“O carro-chefe é o café, depois vem o tomate. O tomate é um extra que entra, né? Porque o tomate você vai plantando. Tem quatro estufas, planta um agora, montar o tempo e fica lá quase o ano inteiro colhendo tomate, entra um dinheirinho. Você vai girando, pagando mercado, pagando uma coisinha”

No território do município de Lidianópolis - Pr, existe uma variedade envolvendo os cultivos dentro do regime de agricultura familiar que foi se desenvolvendo ao longo dos anos, seguindo a logística da adaptação frente às novas condições impostas pelo capitalismo, assim como explicitado pela autora, ao afirmar que, “[...] Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais [...]” (Wanderley, 2009, p. 189). A agricultura familiar passa por modificações que permitem sua continuidade dentro do modo de produção capitalista.

Com relação as particularidades do município de Lidianópolis-PR, o que temos então, é uma história marcada pela disputa de terra, dentre elas destaca-se a ação de

posseiros e grileiros no território, posteriormente compra direta de pequenos lotes divididos da antiga Fazenda Ubá, pela Sociedade Territorial Ubá, Ltda., em que a região passa a receber então desbravadores, colonos e imigrantes (Quiezi, 2020). Essa população passa a se estabelecer nas terras que hoje configuram o território de Lidianópolis - PR, e o desenvolvimento do município ocorre principalmente por meio dos agricultores que se estabeleceram na região.

Este município que cresceu com base na atividade agrícola, e tais atividades econômicas são mantidas até hoje. As mudanças percebidas são relacionadas a implementação de novas culturas, para além do café, milho e algodão, cultivados no início do povoamento.

Observa-se que os pequenos agricultores passaram a fazer uso de estratégias de sobrevivência ao tentar adaptar-se ao sistema produtivo ao reformular seus métodos de trabalho, e como estes buscam meios de geração de renda através da terra por meio de diversos mecanismos. E como o território apresenta uma força de trabalho rural envelhecida, uma vez que as novas gerações estão se deslocando para os centros urbanos, tanto para morar quanto para trabalhar.

Tendo visto esses elementos, passemos agora a analisar aspectos que envolvam dissensos na categoria trabalhador rural dentro do município supracitado.

4.2 Os dissensos que envolvem a categoria trabalhador rural em regime de agricultura familiar

Ao analisarmos o processo histórico do município, nota-se sua essência pautada grandemente na agricultura familiar rural, e como este território foi se desenvolvendo através dela.

Mas também notamos a presença de dissensos que atravessam as relações entre os trabalhadores rurais, uma vez que, estes se encontram diante de situações tanto de caráter econômico, social e organizacional dentro da categoria de produtor rural em regime de agricultura familiar.

Tais dissensos expõe as mais variadas dimensões multifacetadas de complexidade para esta categoria no que tange as suas possibilidades de acesso e permanência no campo, tendo em vista, que suas divergências perpassam desde a percepção sobre a organização coletiva até o acesso a recursos e o próprio futuro da

atividade produtiva em regime de agricultura familiar. As percepções dos ENTREVISTADOS relacionadas a isso, correspondem a:

ENTREVISTADO 1

“Para o pequeno agricultor...as vantagens maiores sempre são para o cara mais grande. O pequeno, ele não é muito assim, como é que fala... bem recebido, prioridade do maior”

ENTREVISTADO 2

“A dificuldade é que a cooperativa é grande, os pequenos... eles deixam meio, né, meio recanteado... então, não vou contra isso também, porque a gente não dá muito lucro pra isso. É mais os grandes... simplesmente é o sistema. Os pequenos que lutem!”

ENTREVISTADO 3

“Eu queria colocar as placas solares, né, e daí eu entrei lá pra fazer. Fizemos um projeto, com o IDR-PR, mas daí chegou lá no banco não me aprovaram e acredito que por ser propriedade de pequeno porte... tenho certeza que é por isso, porque muitos lá conseguiram e eu não consegui, e os que conseguiram eram propriedade bem maior”

As falas demonstram como ainda existe dificuldades e desigualdades para com o produtor em regime de agricultura familiar, apesar da categoria estar inserida dentro dos espaços das cooperativas, ele ainda se sente de alguma forma à margem do processo, tendo em vista sua percepção de tratamento diferente entre ele e o grande latifundiário.

Aqui já se torna possível dimensionar o quanto o pequeno produtor não parece se reconhecer dentro da categoria de produção do sistema como uma potência relevante. Uma vez um dos entrevistados chega a mencionar a frase:

ENTREVISTADO 3

“Porque a gente não dá muito lucro...”

Marx (2017) pontua que este tipo de comportamento é caracterizado pelo fenômeno que ele denominou fetichismo e alienação, ao qual o trabalhador não consegue se reconhecer dentro da cadeia produtiva do capitalismo, tão pouco o que ele produz como parte disto (Marx, 2017).

Trata-se, com efeito, de reconhecer, no produtor familiar, sua possível condição de agente social do progresso e, conseqüentemente, legitimá-lo, do ponto de vista social e político (Wanderley, 2009, p. 143).

A produção dos pequenos agricultores familiares dentro da perspectiva dos entrevistados, acaba por não gerar tanto retorno, na perspectiva deles (entrevistados) para as cooperativas quanto os grandes produtores, causando assim um nível de prioridade em atendimento e valores diferenciados para cada um até mesmo na questão do acesso ao crédito, assim, como evidenciado na tabela do Anuário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2023), de acesso a crédito fundiário, na qual evidencia como o valor liberado às famílias em regime de agricultura familiar decaiu consideravelmente. Sobre a questão do crédito fundiário os ENTREVISTADOS declararam que:

ENTREVISTADO 1

“Pronaf sim, no meu caso a gente sempre tem. Chega lá dificilmente dá errado, sempre dá certo. Se tiver a documentação tudo em dia, certinho...nunca teve problema, não. Na verdade, o PRONAF custeio, hoje, você já leva a matrícula atualizada e já fica lá, não tem muito problema não... A garantia é terra daí, é terra mesmo, não tem o que fazer, é igual cooperativa, cooperativa também, cooperativa você tem que ter sempre atualizada a sua matrícula pra você ter acesso”

ENTREVISTADO 2

“Não consegui, eu tentei, mas eu não consegui. A gente fica correndo atrás do banco, sabe... e às vezes eles não, sabe. Não dão muita importância, assim, pra pequeno produtor, e às vezes a gente se sente, assim, incapaz, né, de ficar indo lá”

ENTREVISTADO 3

“Eu tenho dois PRONAF, antigamente tava mais legal, hoje já tem que dar uma garantia no banco, eu financie lá um... sitio lá, teve que dar uma data que eu tenho ali como garantia. Agora já tá mais complicadinho. Uns três, quatro anos atrás eu fiz e não precisou não, mas esse último que eu fiz foi um ano aí, teve que dar uma garantia. A casa não pode dar, que eu moro, teve que vincular a minha escritura de uma data que eu tenho ali, como garantia”

O crédito agrícola surgiu por volta da década de 1990, como meio de impulsionar e fortalecer a agricultura familiar, no entanto, essas dificuldades em acessar, sendo muito burocráticas, acabam por desestimular o pequeno produtor que se encontra neste regime (Maximo, 2017).

O grande latifundiário acaba por obter maiores vantagens a eles oferecidas pelas políticas de crédito e pelas cooperativas, “Do mesmo modo, desde a década de 1990, os camponeses viram no cooperativismo popular uma ferramenta que organiza a produção, comercializa e distribui o excedente produzido na comunidade ou no próprio município” (Da Silva, 2012, p. 63). As cooperativas inicialmente propostas, nasceram como um modo de ajudar a alavancar as produções dos agricultores, com as promessas de crescerem juntos, enquanto grupo de associados, mas o que se vê,

no entanto, foi uma dinâmica na cooperativa que procura se alinhar junto aos interesses e logística de dominação do capital preestabelecido pelo sistema tendo em vista o favoritismo com relação à preferência de atendimento dado aos grandes latifundiários (Da Silva, 2012).

Ainda seguindo na perspectiva de cooperativa, e união dos trabalhadores, vamos agora para as associações. Atualmente, no município existe uma associação dos produtores rurais chamada de APROLI-Associação dos Produtores Rurais do Município de Lidianópolis, fundada em 09 de novembro de 2018. É válido ressaltar, mais uma vez, que o município de Lidianópolis - PR, não possui sindicato. A tabela de dados do anuário coloca o quantitativo de sindicatos presentes da área rural e como estes são inferiores aos números dos registrados nas áreas urbanas. A presença de organização no município se registra principalmente por meio da associação dos produtores rurais.

INSTITUIÇÃO 3

“Hoje, a associação está focada na questão da fruticultura e cafeicultura. Os dois principais objetivos da associação hoje”

Enquanto associação, o seu papel seria facilitar e promover a união dos trabalhadores que a compõem e são reconhecidos como associados para a defesa de seus direitos e interesses enquanto categoria. Sobre isso, as instituições ENTREVISTADAS pontuam que:

INSTITUIÇÃO 1

“Tem, mas esse é um ponto chave ali que nós estamos tendo um pouquinho de dificuldade ainda para nós desenvolvermos nessa caminhada. Porque quando os produtores se unem, é quando eles mais têm força, quando eles mais conseguem seus objetivos. Só que hoje, os produtores têm um pouco de resistência e têm essa união eles são meio que, assim, receosos em se unir para um objetivo em comum.”

INSTITUIÇÃO 3

“Eu vejo hoje que uma grande dificuldade é a união. Eles não conseguem, como eu posso dizer, eles não conseguem ainda enxergar o tanto que eles podem agregar se eles se unirem e a gente trabalhar unido”

A união e organização dos trabalhadores é algo fundamental para a conquista das reivindicações, a organização dos trabalhadores permite um enfrentamento ao sistema e às condições que são impostas a eles (Marx, 2017). Agora cabe analisar a percepção dos ENTREVISTADOS sobre a temática:

ENTREVISTADO 1

“Na verdade, é bastante competitivo, né, vamos falar a verdade, a gente queira ou não queira, você faz uma associação e monta e as pessoas, a maioria só quer ser beneficiada. Eu acho que para ser verdade elas tinham que ser... uma ajudar a outra, né, pra ser uma coisa meio boa, né, mas na verdade não é bem assim, existe essa competitividade”

ENTREVISTADO 2

“Porque todo mundo reclama, sabe..., os agricultores, são unidos, as vezes, conversando, pode ser que tenha ali uma união”

ENTREVISTADO 3

“Agora, tá formando associações. Tem a da APROLI...uma associação... é um troço meio complicado. Não é fácil montar uma associação hoje, porque tem muita divergência e é complicado”

A competitividade é algo que está imbricado aos próprios fundamentos do sistema do modo de produção capitalista, tornando a individualidade e a competição de mercado algo central para geração de seus próprios lucros. O individualismo é algo disseminado pelo próprio modo de produção capitalista (Marx, 2017). Outra questão que pode ser destacada, concentra-se no fato da divisão das atividades nessas áreas. Sobre este fator, os ENTREVISTADOS relatam que:

ENTREVISTADO 1

“Então, por aqui sou eu que faço o serviço, só lá de vez em quando que contrata. Às vezes você paga alguma diária, mas é lá de vez em quando. Aí todo o trabalho fica comigo. Na roça é de segunda a sábado, às vezes até o domingo, depende da ocasião do trabalho. Colheita, uma coisa ou outra, você não tem dia pra trabalhar, né, daí trabalha o dia todo e o meu pagamento é só em época de colheita”

ENTREVISTADO 2

“Todo dia que tem, assim, aquele serviço pra fazer, nós faz até o fim do dia... sempre tem, assim, os picos, né, que é a época de colheita, geralmente recebe em época de colheita né, aí fica na conta nossa”

ENTREVISTADO 3

“A jornada fixa lá é das sete às cinco todo santo dia, junto com meus irmãos, só nos fins de semana que não. Daí...daqui uns quinze dias eu começo a colher tomate, daí vai sábado, até umas duas horas vai, tranquilo, daí tem que colher tomate no sábado, né, e para receber é só na colheita. Daí, né, tipo, tem o café e tem o tomate. Minha esposa trabalha na escola, mas o resto é tudo no sítio”

A fala expõe de modo simples como o trabalhador assume a responsabilidade muitas vezes por todas as funções da organização da atividade de produção dentro da propriedade, na qual essa divisão do trabalho corresponde desde o preparo da

terra até a colheita, assim, o que se apresenta como autonomia do produtor muitas vezes mascara uma lógica de sobrevivência sustentada pelo esforço individual. Com isso, a partir do momento em que o trabalhador passa a conduzir sozinho todo o processo produtivo sem o auxílio da família ou de terceiros, como força de trabalho contratada, esse acúmulo pode, inclusive, impactar em sua saúde física e mental, uma vez que este é um trabalho penoso da área rural, que exige grande esforço do trabalhador (Maximo, 2017).

Ao fim desse processo, o que temos é um trabalhador que se autoexplora, uma vez que, apesar de ser patrão de si mesmo, ele ainda precisa trabalhar dobrado para conseguir continuar produzindo o suficiente para competir com o grande latifundiário, colocando-se em situações precárias e exaustivas de trabalho. No entanto, tal trabalhador não consegue reconhecer essa autoexploração, uma vez que está completamente alienado ao processo produtivo que dirige (Marx, 2017).

Foi possível observar também uma certa tradicionalidade por parte da população mais velha em tentar manter a forma de trabalho do modo inicial muito próximo do campesinato em sua forma original, mesmo que para isso precise sustentar todo o processo produtivo apenas em seu esforço, mas o que temos que entender é que o sistema, enquanto modo de produção social e econômico acabou por gerar mudanças neste espaço do campo também (Plein, 2010).

[...] a agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato, só que ela é uma superação das formas camponesas, pois, a rigor, este representa um modo de vida. E quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua interação, cada vez maior, com a sociedade capitalista, isso vai levar, ao mesmo tempo, ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada" [...] (Plein, 2010, p. 9).

O que se apresenta é um vínculo que o produtor mais velho criou com a propriedade e seu meio de produzir, mas ele precisa se inserir no mercado e muitas vezes ceder aos caprichos deste se quiser se manter, porque enquanto trabalhador livre ele precisa vender algo perante a lógica do sistema para se sustentar (Plein, 2010).

No município, a falta de força de trabalho é outro grande fator que impacta fortemente na questão da continuidade da agricultura familiar rural no território. Vejamos as falas dos ENTREVISTADOS sobre isto:

INSTITUIÇÃO 1

“Hoje, de maneira geral, a agricultura fica muito escassa a questão da mão de obra, mais braçal. Hoje, se a gente for pegar principalmente a cafeicultura, que exige um pouco mais de mão de obra, a braçal ali mesmo, ela está ficando mão de obra em domicílio”

INSTITUIÇÃO 2

“Os principais desafios seriam esses realmente, a questão climática e falta de mão de obra”

ENTREVISTADO 1

“Às vezes a produção não é boa devido ao clima, né, e a gente tem que sempre acessar o seguro”

ENTREVISTADO 3

“Ultimamente está tendo muita perda de plantação, é o clima, né. Hoje é um desafio muito grande, hoje é o clima...hoje tá complicado. Porque não dá pra controlar o clima”

A mudança climática pode ser considerada como um reflexo da exploração capitalista, que tem devastado a natureza, gerando um desequilíbrio ambiental e, que afeta diretamente o cultivo agrário. Já, a questão do êxodo dos jovens do campo rumo a novas formas de trabalho na cidade vem ocorrendo gradativamente ao longo dos anos (Silvestro *et. al*, 2001).

Dentre todos os entrevistados, o que mais foi ressaltado como um ponto de dificuldade que eles observam se caracterizava no âmbito da força de trabalho e sucessão, pois uma vez que não se tem toda a família engajada no processo produtivo, ou eles tentam fazer todo o trabalho sozinhos, alguns alegaram que não contratam força de trabalho externa devido aos custos elevados que teriam. Além do mais, alegam que é extremamente difícil encontrar pessoas atualmente que aceitem trabalhar por dia. A seguir, os trechos dos ENTREVISTADOS sobre a contratação e o futuro da agricultura familiar no município:

INSTITUIÇÃO 1

“A modernização, mecanização, tudo isso vai impactando. Hoje as tecnologias que a gente vê direcionadas para o campo é reduzir a mão de obra e tudo ficar mais automatizado”

ENTREVISTADO 1

“Às vezes você paga alguma diária, mas é lá de vez em quando. É esse que quer aparecer, né, aquele que quer. O futuro vai ter, vai continuar, só que isso vai ter que ser em maquinário, porque na geração de nós aqui, vai chegar um tempo que não vai trabalhar na roça mais e você não vai trabalhar, minha menina, e você não vai. Então, se não tiver maquinário a tendência é acabar...mas eu acho que a tecnologia vai fazer com que as coisas vão continuar até melhor, né..., o manual vai acabar, o trabalho é nós, não tem mistério, só que a tendência é só diminuir o manual daí”

ENTREVISTADO 3

“Olha... hoje a realidade é o seguinte, essa geração nutela que tá vindo aí não não vai aguentar não, o manual mesmo vai acabar até que você pode ver na televisão em Minas Gerais muitos cafés lá tem parte que não conseguiu colher porque não tem mão de obra, o povo não quer trabalhar né... o governo ajuda muito as pessoas que não gostam de trabalhar...o povo tem bolsa família, não paga água, não paga luz, tem gás, vai trabalhar pra quê? Daí perde. Com essa geração que tá vindo aí a agricultura familiar a tendência é diminuir. É que os filhos não querem mais ficar tá pros velhos mesmo...Geralmente, hoje se eu pagar um cara pra trabalhar com você por dia você pode ver esses mais novos não vai...vai pessoa mais de idade, que sempre trabalhou na roça”

A perspectiva que se tem dentro do município não seria o fim da agricultura familiar de modo total, mas sim a sua mecanização, o avanço tecnológico se mostra tanto benéfico quanto excludente, uma vez que apesar de trazer uma certa facilidade para a vida do trabalhador rural, uma vez que, por um lado deixara de realizar tanto esforço físico ao trabalhar, porém, quem realmente consegue acessar tais maquinários e produtos inovadores além do proprietário que já dispõem de um poder aquisitivo monetário maior (Marx, 2017).

ENTREVISTADO 1

“Faz uns par de anos que eu não modifico os equipamentos, tem uma plantadeira que está lá no galpão, tem esse tratorzinho, e um pulverizador... acho que é isso aí só, mas faz... faz uns par de anos que eu não... não troco de equipamento, é raridade”

ENTREVISTADO 2

“Não, é tudo manual eu não tenho, assim, sabe, trator, essas coisas, é tudo manual, é que o nosso é pequeno também, né, um alqueiro e meio, aí meio alqueiro que nós toca”

ENTREVISTADO 3

“Eu sou produtorzinho, mas maquinário não...”

O pequeno produtor não consegue acessar todas as inovações e maquinários desenvolvidos para a área rural, criando assim um cenário de competição frente ao grande latifundiário, uma vez que o acesso a tais inovações auxilia no manejo da produção e no aumento e agilidade no processo de criação de renda, conseqüentemente, isso reflete na alta de produtos que podem ser repassados ao mercado, isto é, há uma melhoria no capital fundiário (Plein, 2010).

Investir na terra é um fator determinante para o aumento da renda gerada na propriedade, como os agricultores familiares são trabalhadores detentores de uma

pequena porção de terra, acaba que esse produtor precisa se valer de mais essa estratégia se deseja aumentar seu lucro (Harvey, 2013).

Questões como localidade e fertilidade do solo da propriedade se apresentam como elementos essenciais para um bom retorno de produção também, desta forma, acessar mecanismos que possibilitam a melhora do solo se torna primordial para o pequeno produtor. Se ele não consegue chegar a tais tecnologias, ele fica condicionado a uma produção reduzida que pode acabar sendo assimilada pelo grande capital (Harvey, 2013).

Desta forma, o pequeno produtor em regime de agricultura familiar tem se encontrado em um cenário que trazem as mais diversas desigualdades e complexidades para serem trabalhadas, as quais se vale das mais variadas estratégias para se manter enquanto produtor que compõem e integra o sistema capitalista. O pequeno produtor deseja competir neste mercado frente ao grande latifundiário, no entanto não possui capital fundiário para tal, muitas vezes, nem mesmo para investir em sua propriedade por meio de maquinários que permitiriam agilidade no processo produtivo.

A desigualdade está refletida no campo também, e ela aparece nessas pequenas circunstâncias que impactam a vida do pequeno produtor rural em regime de agricultura. Agora, apresentado esta pequena faceta dos elementos de dificuldades no campo, passaremos para o tópico seguinte, referente à participação política dentro do município desses mesmos trabalhadores.

4.3 Trabalhadores que atuam no regime agricultura familiar e participação política

No município, reconhecidamente, existe uma associação chamada de APROLI (Associação dos Produtores de Lidianópolis), a qual é um meio de organização entre a categoria de produtores que busca fortalecer a categoria dentro do município.

INSTITUIÇÃO 1

“Esse trabalho ainda é muito recente com eles, da organização... a gente até fomentou, né, tentou dar um suporte, depois criar uma associação, se organizar”

INSTITUIÇÃO 2

“Associação é composta por agricultores de fruticultura, da olericultura e cafeicultura”

INSTITUIÇÃO 3

“A associação está focada na questão da fruticultura e cafeicultura. Os dois principais objetivos da associação hoje”

Com base no exposto pelas instituições, é perceptível uma diversidade de tipos de produtores participantes, pois a associação não está focada apenas em um tipo de produção. Essas instituições do governo estadual ou municipal, realizam acompanhamento com um número de participantes que procuram por ajuda para desenvolver a propriedade, e buscam aumentar a renda. A seleção para o acompanhamento é feita da seguinte forma. Vejamos o que os agentes estatais relatam sobre isso:

INSTITUIÇÃO 1

“Em 2018, criou-se a associação e tudo, mas aí foi aquele boom e parou, e ficou naquilo, e aí ficou meio estagnado até 2022, e daí foi quando a gente começou a mexer novamente, só que daí a gente diminuiu, enxugou bastante, o número de produtores que estavam associados. E aí começou a dar passos mais lentos, mas mais firmes para manter a união entre eles”

INSTITUIÇÃO 2

“Geralmente, a gente faz essa seleção em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e o Conselho Municipal de Agricultura, onde a gente senta, todo ano e a gente faz uma programação, no final do ano, e vê quais as prioridades a serem trabalhadas no município. Quais as famílias estão precisando de mais apoio”

INSTITUIÇÃO 3

“A gente tá tentando. Essa associação foi montada em 2018, mas começou a ficar ativa uns dois anos para cá, que eu entrei na presidência, então a gente ainda tá começando a alinhar”

A associação ficou parada por um tempo, mas agora os produtores estão se reorganizando aos poucos, a organização é de suma importância, sendo por meio dela que os associados passam a ter acesso a variados tipos de suportes e acesso a maquinários.

Na maioria das comunidades rurais ou assentamentos, os camponeses recorrem ao associativismo como elemento político, jurídico e representativo junto a órgãos públicos e também privados com os quais precisam manter relações (Da Silva, 2012, p. 63).

Estes espaços são espaços de reconhecimento e legitimação para a defesa dos interesses dos agricultores, especialmente os agricultores em regime de agricultura familiar, por isso se faz fundamental que tais produtores expressem interesse em fazer parte e procurem os serviços quando necessário. Esses locais

possibilitam o fortalecimento do poder coletivo, no qual a pauta de um pode ser de um interesse geral (Da Silva, 2012).

O interesse e a participação são outros pontos essenciais a serem aqui destacados, uma vez que tais espaços são construções conjuntas para o usufruto coletivo dos benefícios que tais espaços dispõem. No entanto, os relatos a seguir dos agentes estatais e da sociedade civil organizada se revelam preocupantes:

INSTITUIÇÃO 1

“O problema seria justamente isso: fazer eles se organizarem e ter aquele comprometimento com a associação, porque às vezes eu penso, e eles não têm outra experiência assim, que eles se organizarem, juntarem a produção para comercializar, e num determinado ponto, que o preço estava baixo, conseguiram vender, liberar aquela produção ali. Mas aí passou um tempo que daí o valor voltou a subir da produção, aí eles começaram a vender separado, cada um por si, e aí é onde enfraquece a organização, a associação, daí cada um vai para um lado. Então, a gente está com um pouquinho de dificuldade nesse sentido e que eu acho que é o que a gente precisa reforçar com eles para conseguir alavancar”

INSTITUIÇÃO 2

“Então, assim... A maior dificuldade que eu vejo na implantação da... em relação às questões políticas públicas, eu vejo, assim, muitas vezes, falta... Eu vou ser bem franco com você. Falta muito interesse para alguns produtores”

INSTITUIÇÃO 3

“A maior dificuldade que a associação vive, em questão da diretoria, é trazer o povo para as reuniões, os povos são muito dispersos, está um pouco complicado isso”

Os relatos expostos acima, revelam um cenário de pouca participação ou procura dentro destes espaços, levando em consideração o que Ianni (2004) pontua. Isso pode ser explicado pela seguinte dificuldade: tais espaços podem estar permeados pela burocracia que é vista como um espaço de controle, no qual o pequeno produtor não tem interesse em fazer parte.

Aos que são de fato associados, correspondem a 22 com o registro ativo, a taxa para fazer parte da Associação corresponde a R\$ 100,00. Esses 22, segundo o representante da instituição, foram selecionados para ficar devido a sua participação, já os que não participavam, mas se encontravam inseridos como associados foram desligados por falta de adesão ou pagamento. Como associados, eles conseguem determinados bens como maquinários ou materiais de melhora de cultivo. Sobre isso, a instituição 3 ressalta em seu relato que:

INSTITUIÇÃO 3

“Os equipamentos eles usam tudo, mas participar em política mesmo, eles não são muito afim, não”

Enquanto trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar rural, essa categoria deveria se reconhecer enquanto uma categoria política também, sendo de extrema relevância sua participação em todos os espaços públicos e políticos, a falta de participação acaba por contribuir em uma fragilização da categoria do trabalhador rural familiar (Da Silva, 2012).

Outro ponto destacado pelas instituições, enquanto um problema se refere à valorização do produto comercializado por essa categoria de trabalhadores, que dependem de atravessadores, que são os responsáveis de intermediar a relação de produtor com os compradores.

INSTITUIÇÃO 1

“Porque hoje a gente tem os produtores, a gente conseguiu criar uma estrutura para dar suporte para eles produzirem. Porém, agora, a gente tem que pensar no pós-colheita. Então, como esses produtores vão comercializar, que daí sim é onde vai gerar a renda para eles, hoje estão muito reféns ainda de atravessadores. Que daí a gente volta a falar dessa questão da organização. Por exemplo, se tivesse uma associação, uma cooperativa, conseguissem organizar essa produção deles para colocar no mercado, eles conseguiriam uma remuneração melhor, teriam mais estabilidade”

INSTITUIÇÃO 2

“Temos alguns problemas com relação à comercialização do município, principalmente fruticultura, onde os produtores estão perdendo muito preço na venda por estarem refém de atravessadores”

A partir do momento que se entende que a união entre eles, enquanto categoria dentro da associação, passa a fortalecer a própria produção e lucratividade deles (Da Silva, 2012).

INSTITUIÇÃO 2

“Toda a ação coletiva, quando um grupo de produtores, com objetivo comum, se reúnem, o resultado é positivo”

As cooperativas, associações, conselhos de agricultura entre outros, são espaços para se ter lutas baseadas em pautas coletivas, em busca de melhorias para todo o conjunto poder usufruir (Da Silva, 2012).

Os camponeses viram no cooperativismo popular uma ferramenta que organiza a produção, comercializa e distribui o excedente produzido na comunidade ou no próprio município” (Da Silva, 2012, p. 63).

A participação política tanto dos homens quanto de mulheres do campo é essencial, Faria (2009), destaca principalmente a participação feminina nesses espaços de luta. Lidianópolis possui o Grupo das Mulheres do Café do Vale do Ivaí presente no município desde 2021, no qual o objetivo de sua criação foi:

INSTITUIÇÃO 1

“Tem o Grupo das Mulheres do Café. Desde 2021, se eu não me engano, foi formado esse Grupo das Mulheres. É o Grupo das Mulheres do Café de Vale do Ivaí, o objetivo era dar visibilidade da questão feminina na cafeicultura. Porque, até então, se tinha um olhar assim... A cafeicultura é mais uma coisa do homem, se a gente for olhar na realidade, às vezes não é exatamente isso. A gente sabe que tem muitas mulheres que são responsáveis por fazer essa organização, né. Além, inclusive, de cuidar da casa ou das crianças, né. Então, esse projeto, ele nasceu com esse anseio de dar essa visibilidade para as mulheres. Elas começaram com um grupo de dezesseis mulheres. Hoje, tem mais de trinta. Então, para ver que o movimento está tendo um resultado positivo ali. Inclusive, ganharam alguns prêmios ali, com os reconhecimentos, tanto estadual, quanto fora do estado aqui. Reconhecendo esse trabalho que foi desenvolvido”

INSTITUIÇÃO 2

“Quando você tem a mulher envolvida no processo dentro da gestão da propriedade de forma geral, questão da propriedade como um todo né, financeira, produtiva e os filhos juntos, é mais fácil você quebrar esses paradigmas e fazer com que as coisas fluam melhor, então dentro deste processo de extensão rural a gente envolve todos...e tem resultados”

INSTITUIÇÃO 3

“Essa colhedora de café veio né através da associação também, para buscar benefícios para os produtores. Tem mais alguma coisa que veio para a associação também, mas ele veio através das Mulheres do Café do Vale do Ivaí, que hoje estão dentro da associação APROLI de Lidianópolis também, que vieram ali. A gente já tem uma máquina de benefício de café, uma seletora eletrônica, aí está para vir também mais uma classificadora de peneira, um torrador e um moedor para elas poderem começar a venderem os produtos dela já à pronta entrega para o consumidor final”

Até então o mundo rural era muito ligado ao homem, excluindo a mulher do reconhecimento histórico do papel que elas desempenham no campo, enquanto trabalhadoras rurais, os homens foram especialmente ligados a questões produtivas, enquanto que a sociedade patriarcal relegou às mulheres apenas um papel reprodutivo ao longo da história, ocultando o seu importante papel enquanto pioneira, e também desbravadora dos campos (Faria 2009).

Isto se configura enquanto divisão sexual do trabalho, e como os dados do anuário demonstraram, o número referente a mulheres no campo é maior que o do sexo masculino, reforçando o quanto as mulheres têm estado presentes na área rural.

A participação feminina dentro de Lidianópolis, está equilibrada entre o número de mulheres e de homens dentro da categoria de agricultor familiar. É interessante pontuar o que a instituição traz, dentro da perspectiva por ela notada, o que coaduna com o que a autora traz, ao dizer que:

[...] agricultura familiar tradicional, onde se conjugam diferentes formas organizativas, incluindo aí a auto-organização das mulheres, que garantem maior produtividade, geração de renda e estabilidade na comercialização, articulando o econômico, educativo, político (Faria, 2009, p. 10).

A autora reforça como a participação das mulheres no trabalho no campo, tem impactos extremamente positivos, pois possuem uma maior organização e poder de gestão e controle, isso alinhado a divisão de atividades dentro da propriedade junto com seus maridos, filhos ou irmãos, acarreta benefícios para todos os envolvidos (Faria, 2009).

Assim, a participação de todos os integrantes que compõem a força de trabalho dentro da propriedade dos agricultores em regime de agricultura familiar rural deve ser fomentada e reconhecida. Partiremos agora para a questão do acesso a informações e tecnologias capazes de contribuir com o aumento da produtividade dentro das pequenas propriedades.

4.4 O acesso a informações e tecnologias: dimensionando o impacto no capital fundiário.

O produtor rural, sente os impactos da modernização, inclusive a modernização e as tecnologias já estão presentes hoje no campo. Isso de certa forma, altera o modo de produção desses agricultores uma vez que eles precisam se adequar a novos equipamentos e modos de plantar ou precisam conseguir realizar suas produções do modo tradicional, mas de uma maneira que continue sendo lucrativo.

Uma vez que tal trabalho e cultivo era inicialmente e essencialmente parte de um processo de produção de alimentos voltados para o próprio consumo, e só se

vendia o excedente, no entanto, no modo de produção capitalista o que temos é uma lógica de produção voltada para o mercado (Plein, 2010).

Desta forma, o produtor rural necessita de adquirir produtos, insumos, sementes, fertilizantes e máquinas para implementar em suas lavouras, visando a uma produtividade maior que acarrete em mais lucros para ele e sua família. No entanto, passemos a analisar o que os ENTREVISTADOS trouxeram sobre isso:

ENTREVISTADO 1

“Eu, na verdade, faz uns par de anos que eu não modifico os equipamentos, tem uma plantadeira que está lá no galpão, tem esse tratorzinho, e um pulverizador... acho que é isso aí só, mas faz... faz uns par de anos que eu não... não troco de equipamento, é raridade.”

ENTREVISTADO 2

“Não, é tudo manual eu não tenho, assim, sabe, trator, essas coisas, é tudo manual, é que o nosso é pequeno também, né, um alqueiro e meio, aí meio alqueiro que nós toca, sabe, que nós tem café, que tem estufa... assim o tomate dá bastante trabalho porque você tem que estar passando veneno, né, assim, toda semana, o café não, né, o café você... duas vezes no ano você passa o veneno, né, se não tiver doença, tá tudo certo, eu acho que o tomate é mais trabalhoso, envolve mais, assim, serviço dentro.... mas assim quando, por exemplo, o ano passado nós sofreu com muita seca, faltou água, e esse ano foi geada... esse ano foi geada, mas não estragou, sabe não chegou a estragar muita coisa, só deu essa sapecadinha, mas não estragou nada, não”

ENTREVISTADO 3

“Eu sou produtorzinho, mas maquinário não. por causa que a área já tem essa máquina de colher café, só que o meu café... ela já não entra, não vira lá. é meio complicado. eu tenho que... tenho que arrancar umas partes e plantar de novo, mas eu não tô com muita coragem agora porque dá dó, né”

Tais relatos demonstram que nem sempre o produtor terá condições de acompanhar o “progresso” envolvendo maquinários e demais equipamentos para utilizar em suas propriedades, o que pode vir a prejudicá-lo, uma vez que, com a modernização agrícola, o produtor fica sob o “controle” do sistema de relação mercantil (Plein, 2010). Como contraponto a isso, a INSTITUIÇÃO 2 diz que:

INSTITUIÇÃO 2

“Muitas vezes ele não se interessa em sair daquela zona de conforto. Ele fala, tá bom isso aqui. Ele não tá preparado. Não se interessa. Muita questão da idade também. Eu já tô próximo 60 anos. Pra que que eu vou comprar um trator novo, né? Pra que que eu vou melhorar a minha pastagem? Acho que o envelhecimento da população atrelado ao êxodo dos jovens dificulta muito o acesso a essas políticas, sabe”

São determinantes que devem ser considerados ao serem trabalhados no município. A população já muito perto de se aposentar, pode por vezes, não compreender a importância do investimento em novas tecnologias de manejo para suas propriedades, uma vez que isso nunca fez parte de suas vidas ao longo de seu desenvolvimento no território. O próprio anuário trouxe dados que evidenciam o envelhecimento no campo, e como o número de trabalhadores mais envelhecidos em idade de se aposentar tem crescido.

A revolução industrial das máquinas, fez parte do processo do estabelecimento do capitalismo enquanto modo de produção, uma vez que fomentou o aprimoramento de maquinários rudimentares ou inexistentes, antes realizados pela manufatura, para a máquina movida a vapor e por aí em diante, torna-se inevitável o processo de automação diante do sistema vigente (Marx, 2017).

A máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes (Marx, 2017, p. 447- 448).

Os maquinários de certa forma, foram os responsáveis por aumentar o desemprego no campo, uma vez que não se necessita mais da força de trabalho para colheita e plantio. E beneficiaram apenas o capital industrial e o grande latifundiário, que possui condições de aquisição de tais novas tecnologias. A modernização do campo contribuiu para o aumento do processo migratório, e o mercado passa a exigir um quantitativo de produção de produtos muito mais alto que antes, deixando o pequeno produtor rural à margem de toda esta cadeia, sendo relegado a um pequeno espaço de reconhecimento (Maximo, 2017).

O produtor dificilmente conseguirá competir com formas de produções, e por não ter uma propriedade minimamente equipada, não terá um retorno tão expressivo, sendo assim a renda se transforma em mais um ponto de pauta determinante para as novas gerações decidirem ficar. Durante a entrevista, a INSTITUIÇÃO 2 frisou em diversos momentos a questão da renda ligada a permanência, vejamos um pequeno trecho dessas falas:

INSTITUIÇÃO 2

“Sem renda, ele não fica na propriedade, sem renda, o filho dele vai embora. A partir do momento que eu tenho renda, eu consigo oferecer àquela família

mais dignidade, ela vai segurar o filho. O produtor que não for eficaz...que não for eficiente ele vai sair fora. Ele vai ficar até a idade de se aposentar e vai parar”

Por isso, temos como estratégia de sobrevivência e meio de manter os filhos na propriedade. O produtor rural investe principalmente na questão da pluriatividade, que consiste no cultivo e produção de uma gama mais diversificada de culturas, para aumentar sua renda e não estar tão dependente apenas de um tipo de produção que pode produzir apenas uma vez no ano, como é o caso do café (Maximo, 2017).

As instituições também ofertam serviços de assistência técnica e extensão rural, como meio de incentivo ao desenvolvimento das propriedades, e buscam incluir nisso todos os elementos da família, desde a mulher, o homem, quanto seus filhos. Sobre esta forma de suporte, vejamos o que as INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS relatam:

INSTITUIÇÃO 1

“A gente tem várias políticas assim que estão sendo desenvolvidas, né. Suporte da secretária... que ela possui dois técnicos, um engenheiro agrônomo que está contratado para trabalhar e mais eu que sou da área... Eu tenho os programas de aquisição de alimentos, né, compra direta que a prefeitura aplica, tenho os programas de apoio à atividade, né, que o produtor, por exemplo, se precisar de alguma máquina para renovar o seu café, seu cafezal lá ou renovar alguma máquina, vai lá fazer o trabalho para eles, né, custo zero, né. A gente tem o programa Promifruca (Programa Municipal de Incentivo à Fruticultura e Cafeicultura), né, que disponibiliza mudas de café, maracujá e abacate para os produtores. Então tem esses programas que visam fomentar eles, né, gente viu essa carência da agricultura familiar e sempre procura estar atendendo-os”

INSTITUIÇÃO 2

“Com relação à assistência técnica e à extensão rural no município, que é o que a gente faz, é a principal política pública, né, você levar informação ao produtor para que ele melhore a sua questão econômica e social, nós temos um grupo de produtores, que a gente atende de forma sistemática. São 50, um grupo de 50 pessoas que são assistidos de forma frequente. E também, fora esses 50, nós temos mais de 250, 280, até 300 pessoas que são atendidas de forma pontual. De forma pontual, não é aquele atendimento sistemático. Então, assim, aqui na nossa região nós trabalhamos. O projeto de fruticultura, o projeto de agricultura e promoção social e cidadania. O projeto de fruticultura já é produtores que vêm trabalhando ao longo do ano, a promoção social e cidadania, nós trabalhamos também, por sermos uma região com um IDH abaixo das outras, nós temos esse projeto também, essas demandas. Aí, sim, a gente trabalha com essas famílias que estão precisando dar uma alavancada na renda. Quando surge um programa, ou quando o programa está andando, a gente procura divulgar, né, essa divulgação é feita através do Conselho Municipal do Mundo Rural, nós fazemos também reuniões, né, e quem tá acessando essas políticas públicas, tanto as que são oferecidas por nós aqui do IDR, e as que são oferecidas pelo município, eles estão tendo mais sucesso, não é a maioria que acessa, mas quem acessa tá tendo resultado positivo”

INSTITUIÇÃO 3

parceria ainda não temos, a gente tenta como intermediar, eu tive uma reunião com o pessoal do banco, eu coloquei no grupo da associação, quem precisasse de financiamento, estava tendo umas linhas de crédito, a gente tenta intermediar alguma coisinha só. Até o momento, a gente está sendo bem atendido pelo que a gente está precisando, tanto pelo setor estadual como o setor municipal, até essa semana agora, a gente conseguiu, através da associação e parcerias com os produtores, a conquista desse produto aqui, que é o lodo da Sanepar, a gente conseguiu para 12 produtores da associação esse produto, e tendência é continuar a parceria junto, Conseguimos a máquina de café, a gente está lutando para tentar conseguir um barracão adequado, igual as normas que o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) precisa, onde ele exige para a produção de polpa, que ali hoje a gente tem vários equipamentos, tem uma despulpadeira, tem embaladora, tem todos os equipamentos para fazer polpa ali, mas ainda a gente não está utilizando por causa que não tem um barracão ainda de acordo com as exigências do Ministério da Agricultura”

O acesso a políticas públicas e municipais, a assistência técnica e suporte de extensão rural, possibilitam ao pequeno produtor um maior equiparado de elementos que o municie de condições para um maior planejamento, gestão, e cultivo da área de sua propriedade, de modo a estimular uma produção maior que traga mais lucros à família. O município oferta tais suportes, mas também necessita de interesse e participação do pequeno produtor para que estes tipos de suporte gerem resultados.

O próximo tópico passará a analisar como se deu a forma de acesso à terra, por parte dos trabalhadores em regime de agricultura familiar que participaram das entrevistas dentro do município em questão.

4.5 O direito à propriedade da terra e os trabalhadores que atuam no regime agricultura familiar no município de Lidianópolis- Paraná

É fundamental discutir o direito de acesso à terra no município, tendo em vista, que é a partir desse processo que se tem uma visão ampliada de como houve a consolidação da propriedade privada dentro do território, como estes primeiros moradores tiveram acesso a estas terras, e dessa forma também compreender a estrutura agrária que se estabeleceu no município a partir disso.

Como citado anteriormente, a formação do município se deu através do processo de venda das terras adquiridas pela Sociedade Territorial Ubá, Ltda. (Quiezi, 2020), sendo assim, a população que decidia vir ocupar estas terras em sua maioria teve que comprá-las. Isso se confirma em alguns relatos dos entrevistados, no qual

eles salientam que seus parentes, que foram os pioneiros na localidade, compraram suas propriedades que até hoje se mantem em poder da família. Passemos a falas dos ENTREVISTADOS para dimensionar estes processos:

ENTREVISTADO 1

“Meus pais, vieram aqui na época de mato, né 58, 59, pioneiro, pioneiro, era tudo mato isso aqui, né, aí que o pessoal foi desbravando um pouquinho mais. Na época era do meu pai, eles vieram para cá, eles vieram de Apucarana, eles compraram e as famílias estavam vindo também, daí um comprou do lado de cá, outro comprou do lado de cá, um comprou 20 alqueires, outro comprou 10”

ENTREVISTADO 2

“Então, meus pais... minha mãe, ela é de Minas Gerais, né, meu pai é paulista daí quando meu pai veio de lá daí aqui ainda era mato né Lidianópolis ainda era tudo mato, quando eles vieram pra cá eles falaram assim que era tudo mato daí no sítio eles tiveram que fazer o carreador de enxadão ainda né porque não tinha maquinário”

ENTREVISTADO 3

“A primeira chacinha, foi nos anos dois mil, né. Depois, em 2004, comprou outra, uma chácara vizinha. Comprei no peito, fiado, porque não consegui pagar a minha renda, aí, paguei ela. E aí, foi. Comprei mais uma. Como eu estava falando, tem umas quatro, cinco casinhas na cidade. Hoje, já está mais... Está mais estabilizado, mas, no começo, não foi fácil, não. Foi difícil”

Isso evidencia um caráter migratório na época, principalmente promovido pela Sociedade Territorial Ubá, Ltda., na qual procurava fomentar a ocupação em regiões do interior do Paraná, para o desenvolvimento delas através da agricultura principalmente (Quiezi, 2020).

Apenas um dos entrevistados pontuou que ele e os irmãos conseguiram comprar um pedaço de terra, mas que antes disso, ele, o pai e os irmãos trabalhavam por dia, colhendo café, e que a primeira propriedade adquirida se deu por volta dos anos 2000, este mesmo entrevistado traz que:

ENTREVISTADO 3

“Desde os 10 anos que comecei a trabalhar... aniversário de 10 anos eu fui para a roça”

Temos então uma vida, toda praticamente voltada para o trabalho na área rural. Isso demonstra certo nível de dominação do capital frente às histórias de vidas contadas, uma vez que os entrevistados trouxeram em suas falas ao longo de todo o relato, a dificuldade para acessar a terra, e a dificuldade em mantê-la. Em seus relatos vemos como seus parentes se mudaram para o território atrás de melhores oportunidades e a chance de crescer socialmente e economicamente na região.

Proletariados sem-terra, isso que eles eram, e por tal motivo que sofrem sob a dominação do capital, pois o capitalismo precisa de indivíduos que não possuam nenhum modo de produção sob sua posse, para que este seja obrigado inevitavelmente a se transformar em força de trabalho assalariada, não é interessante ao capital que as pessoas consigam acessar os meios de produção (Harvey, 2013).

As pessoas souberam sobre as terras da região e decidiram vir povoá-la, seja por oportunidade ou como um meio de continuar a trabalhar no campo, uma vez que a Sociedade Territorial Ubá procurava divulgar e estimular a migração para a região (Quiezi, 2020).

Em resumo, podemos notar que o acesso às terras no município de Lidianópolis em sua grande maioria estivera condicionado ao processo de compra direta ou por herança dos pioneiros para seus filhos e netos que ainda hoje residem no município.

Não havendo nenhuma aplicação ou criação de política de distribuição de terras para as pessoas ou qualquer forma de regularização fundiária em meio a isso, assim foi o estabelecimento da propriedade privada dentro do território. “A ideia de propriedade privada da terra demarcada no território, cujo processo para a oficialização demorou quarenta anos e envolveu uma série de conflitos políticos, econômicos e agrários” (Quiezi, 2020, p. 114). O que temos diante do exposto nos relatos, é uma lógica de acesso à terra extremamente mercadológica, ou seja, dentro da lógica capitalista, um processo de valorização da terra enquanto uma mercadoria, o que torna o processo de acesso a ela desigual, uma vez que enquanto classe trabalhadora, nem todos os camponeses possuíam condições de adquirir tais posses, e deixando de lado completamente o uso da terra enquanto um bem social, que deveria estar à disposição de todos para ser utilizada conjuntamente, uma vez que a separação entre o trabalhador e o solo está dentro da organização do próprio modo de produção, tendo em vista, que um trabalhador que possui condições de viver sem se submeter a lógica do capital não seria interessante ao sistema (Harvey, 2013).

Dessa forma, o que podemos pontuar é que, o município de Lidianópolis-PR, teve sua trajetória de ocupação baseada em disputas, venda e compra de terras, sendo então reflexo de uma micropartícula da história agrária brasileira.

No final da década de 1940 e na década de 1950, registra-se um período de tensão, conflitos, violências e acordos que definem a questão da seguinte forma: só ficou na terra quem pagou por ela nos termos da Sociedade Territorial Ubá Ltda. e de seus signatários. Estes, como se sabe respaldados

pelo acordo realizado com o Estado, em fevereiro de 1950 (Quiezi, 2020, p. 145-146).

O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), declara no artigo 2º que “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.”, ou seja, a terra devia ser utilizada e assim cumprir de alguma forma sua função social, o que não acontece na maioria dos casos, e por esse motivo temos a concentração fundiária, presente no próprio município de Lidianópolis - PR.

Assim se deu o processo de aquisição das terras deste território repleto de histórias, uma região que foi colonizada por meio do estímulo de uma grande empresa, que tinha um único interesse, que correspondia a vender um bem não reproduzível, bem esse do qual ela nem era dona (Quiezi, 2020).

Vemos nesse processo que a terra é tratada meramente como uma mercadoria, que pode ser comercializada de acordo com o princípio da propriedade privada estabelecido e fomentado pelo modo de produção capitalista, e que como esta, enquanto um meio de produção não reproduzível está sujeito a processo de conflitos em busca de a possuir (Harvey, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou entender **como se dá as particularidades das relações de produção rural e seu o impacto no regime de agricultura familiar no município de Lidianópolis - PR**. Para tal, no primeiro capítulo, houve um percurso de entendimento acerca do que é o trabalho e como este se caracteriza enquanto um elemento fundante do ser social, sendo uma atividade teleologicamente orientada que só os humanos são capazes de realizar. O trabalho possui papel central na vida dos indivíduos, uma vez que é por meio dele que o homem modifica a natureza e a si mesmo, e nesse processo, vai se desenvolvendo. A partir da compreensão do que é o trabalho, analisamos a questão do trabalho livre e do estabelecimento da divisão social do trabalho, a qual designou a cada trabalhador uma única função dentro do sistema de produção, e como a sociedade passou a estabelecer a questão da propriedade privada dos meios de produção e o quanto isso afeta de todas as formas a vida dos trabalhadores.

Com o desenvolvimento do meio de produção capitalista, os trabalhadores passam então a ficar separados em seus nichos produtivos. Um desses nichos se concentra na área rural, ao qual demos destaque ao pequeno produtor rural. Assim, podemos perceber como este trabalhador passou a ser afetado pelo modo de produção que estimula a concentração de riquezas e meios de produção nas mãos da classe dominante, e um dos determinantes que mais teve impacto sob sua vida foi a questão da concentração da terra. A partir do momento que o trabalhador é separado de seu principal meio de subsistência, cria-se uma limitação para sua reprodução ou continuidade no espaço e atividade produtiva que realiza.

No segundo capítulo, discutiu-se a questão de divisão e delimitação do espaço urbano e rural e como o Estado tem forte influência nisso, e por sequência, ocorreu a apresentação dos dados analisados do anuário da CONTAG 2023. Este capítulo evidenciou a forte presença da agricultura familiar rural, e como atualmente existe uma grande presença feminina no campo, tais dados auxiliam a desmistificar a concepção criada de que o campo é um ambiente predominantemente masculino, dando visibilidade a questão de divisão sexual do trabalho nas áreas rurais. Percebe-se como as famílias têm mais dificuldade em acessar o crédito rural, o que é um ponto importante considerando, que estes programas de crédito são criados para auxiliar o produtor na questão de custeio e investimento em suas propriedades e plantações,

para que possam torná-las mais produtivas e rentáveis economicamente. Outro ponto salientado foi que a geração de renda é um dos fatores determinantes quando se trata da permanência dos jovens nestas propriedades que pertencem as suas famílias. Uma vez que o produtor é capaz de investir em suas terras e passam a conseguir gerar mais lucro, as chances de que seus filhos deem continuidade nas atividades da família aumentam significativamente e a chance de permanência da família na propriedade também.

O capítulo três por sua vez, procura condensar todos os elementos apresentados nos capítulos anteriores mesclando com as perspectivas dos entrevistados diante do que eles conseguem observar de dificuldades, como eles observam as políticas públicas municipais que conseguem acessar, quais as possibilidades e o futuro do pequeno agricultor dentro do município. A perspectiva com base na continuidade da agricultura familiar dentro do município é alta, uma vez que é ela a maior abastecedora do mercado de alimentos que consumimos, na cidade e na região, uma vez que existe um percentual de excedente produzido que é repassado a centros de distribuição.

A continuidade desse regime de produção, no entanto, depende, principalmente da organização e resistência dos produtores frente ao sistema, como por exemplo, a criação e fomento de políticas de crédito menos burocráticas, para que até mesmo o pequeno agricultor, aquele que é mais simples, consiga acessar sem grandes transtornos. Ademais, existe a necessidade de maior estimulação da valorização deste modo de produzir entre os jovens, Para que isso ocorra é necessário tornar o trabalho no campo tão lucrativo, quanto o trabalho na cidade, e para isso, é necessário uma maior organização, planejamento e suporte estatal.

Assim sendo, conclui-se que, o modo de produção incidiu profundamente nas relações de trabalho tanto na cidade quanto no campo, modificando seu modo de organização e funcionamento. A propriedade privada dos meios e produção e a concentração fundiária mesmo em um município de pequeno porte, como em Lidianópolis - PR, refletem questões como desigualdade na distribuição das terras, a questão de gestão, organização, suporte técnico, extensão rural e acesso a programas de crédito.

Foi possível observar por meio dos dados do anuário e das falas dos entrevistados, o quanto eles sentem apreço por suas propriedades, e como suas produções desempenham um papel fundamental para a economia local, a segurança

alimentar e principalmente para a continuidade de preservação de culturas de produção características do município desde a sua colonização.

Por fim, compreendemos que o Brasil é um país historicamente marcado pelas mais variadas expressões da questão social, as quais se refletem no cotidiano de muitas maneiras, sendo o acesso e a distribuição de terras um deles, e em meio a esse cenário a agricultura familiar resiste como uma forma de organização do trabalho, uma forma de identidade e pertencimento de um povo de determinada localidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. Disponível em: <https://archive.org/details/ABRAMOVAYRicardoParadigmasDoCapitalismoAgrrioEmQuestto>. Acesso em: 02 de jun. 2025

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. **O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre**. in: jornada do trabalho, Presidente Prudente: São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **Teoria dos sistemas económicos não – capitalistas**. 1924. Disponível em: https://arquivos.ufrj.br/arquivos/2023231091afc937518848e96ed61c782/chayanov_teorias_economia_nao_capitalista.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

COSTA, Francisco de Assis. **O investimento na economia camponesa: considerações teóricas**. Revista de Economia Política, v. 15, n. 1 (57), p. 84–101, jan./mar. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QYsTg9XqtDxrt6sCzSp4ZHf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FARIA, Nalu. **Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no Brasil**. In: Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. MDA. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2025.

FARIAS, Cezar Felipe Cardozo. **A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-PR (1853–1929)**. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020. Acesso em: 17. out. 2025
<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6062>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Lidianópolis**. Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/lidianopolis.html>. Acesso em: 14 out. 2025.

IBGE. **Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: estimativas e projeções: revisão 2024: notas metodológicas 01/2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102111>. Acesso em: 19 set. 2025.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual o trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75. Disponível em: https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/862885/mod_resource/content/0/Daniele%20Kergoat%20Divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho.pdf. Acessado em: 10 de nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo horizonte. Ed. UFMG, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAXIMO, Huama. **O pequeno produtor rural e sua linha sucessória: considerações sobre o município de Godoy Moreira/PR. 2017**. 128 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã/PR. Disponível em: <https://crv.uem.br/cursos-de-graduacao/servico-social/trabalhos-de-conclusao-de-curso/2017/huama-maximo.pdf/@download/file/HUAMA%20MAXIMO.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social [livro eletrônico]**. São Paulo : Cortez, 2017. 1,4 Mb ; ePUB. ISBN: 978-85-249-2563-4. Disponível em: <https://mediacdns3.ulife.com.br/PAT/Upload/1777748/4710798/images/4aef160f02c289d8ba3efda643a8e576.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2025.

PLEIN, Clério. **Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. Informe Gepec**, Toledo. 2010. Disponível em: <https://lacf.paginas.ufsc.br/files/2012/06/4008-18494-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 pp. 35-47 Jul./Dez. 2005. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/0aff181ee04ba2da61cf5773423d6bd400414c44.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

QUIEZI, Simone Aparecida. **Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)**. 282 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6822>. Acesso em: 27 de ago. 2025.

DA SILVA, José Graziano. **O que é Questão Agrária**. 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense/SA. 1985 (Coleção Primeiros Passos).

Da SILVA, Jhonny Santos. **Agricultura Familiar Camponesa e Cooperativismo no Maranhão**. Revista IDEAS, v. 6, n. 1, p.50-82, 2012. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/80/80>. Acesso em: 20 de ago. 2025

SILVESTRO, Milton Luiz; Abramovay, Ricardo; De Mello, Márcio Antônio; Dorigon, Clóvis; Baldissera, Ivan Tadeu. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/os_impasses_sociais_da_sucessao_hereditaria_na_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 21 de set. 2025.

SOUSA, Francisco Octávio Bittencourt. **Para além de grilos na gaveta: uma definição contemporânea de grilagem**. Rev. NERA, Presidente Prudente, SP, v. 26, n. 65, 2023. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/391722346> Para além de grilos na gavela uma definição contemporânea de grilagem In addition to crickets in the drawer a contemporary definition of land grabbing Además de los grillos en el cajón la definición c. Acesso em 04 de nov. 2025.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de jun. 2025.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de jun. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Trabalhador Rural

Grupo entrevistado: Trabalhador(a) rural

Nome do entrevistado(a): _____

Idade: _____

Tempo de residência no município: _____ anos

Tempo de envolvimento com a agricultura: _____ anos

1 Como sua família iniciou a atividade agrícola em Lidianópolis?

2 Como se deu a posse ou aquisição da terra?

3 Quais foram os principais desafios históricos enfrentados por sua família para manter a propriedade?

4 Quantas pessoas participam do trabalho na propriedade?

5 Há contratação de trabalhadores que não fazem parte do núcleo familiar?

() Não (*pular para a questão 6*)

() Sim. Quantos? _____

5.1 Como são selecionados esses trabalhadores?

6 Como é organizada a divisão do trabalho entre os membros da família e, se houver, com trabalhadores externos?

6.1 Há fixação de jornada de trabalho e pagamento de salário aos trabalhadores do núcleo familiar e, se houver, como é feita a remuneração dos trabalhadores externos?

7 A atividade rural é a principal fonte de renda da família?

7.1 Há membros da família nuclear que atuam em outros espaços sociocupacionais?

() Não

() Sim. Quais? E Por

quê? _____

8 Há membro da família nuclear que já participou de comitê, conselho ou outro espaço de representação política?

() Não

() Sim. Quais? _____

8.1 Sua família participa de cooperativas, associações ou sindicato?

() Não (*pular para a questão 9*)

() Sim. Quais? _____

8.2 – Quais os benefícios e dificuldades percebidas nessa participação?

9 Como você avalia a articulação coletiva dos agricultores familiares no município?

10 Como vocês realizam a comercialização da produção agrícola?

11 Já foram beneficiados por políticas públicas voltadas à agricultura familiar?

Quais?

12 Conseguem acessar crédito rural, financiamento ou programas governamentais?

Quais?

13 Vocês introduziram novas tecnologias na propriedade nos últimos anos?

() Não (*pular para a questão 14*)

() Sim. Quais? _____

13.1 Como souberam dessas tecnologias e como as implementaram?

14 Você percebe mudanças significativas no tipo de produção e culturas ao longo do tempo?

15 Que mudanças seriam necessárias para melhorar a condição de vida dos agricultores familiares?

8 Como você enxerga o futuro da agricultura familiar em Lidianópolis?

APÊNDICE II – Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Agente Estatal (Órgão de Apoio à Agricultura Familiar)

Instituição: _____

Nome do entrevistado(a): _____

Cargo e regime de provimento: _____

Tempo de atuação com agricultura familiar no município: _____ anos

- 1 Quais são as principais atribuições do órgão/instituição em relação à agricultura familiar?
- 2 Quantos agricultores familiares estima-se que atuem no município atualmente?
- 3 Como o(a) senhor(a) avalia o perfil predominante do agricultor familiar em Lidianópolis?
- 4 Quais são as principais culturas ou atividades produtivas desenvolvidas?
- 5 Quais os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares atualmente?
- 6 De que forma as condições socioeconômicas das famílias impactam a estrutura produtiva?
- 7 Há mudanças observáveis nas formas de organização do trabalho (familiar, contratado, solidário) nos últimos anos?
- 8 Quais políticas públicas voltadas à agricultura familiar estão em vigor no município?
- 9 Como essas políticas são divulgadas aos agricultores?
- 10 Como tem sido a adesão e participação dos agricultores nesses programas?
- 11 Existem dificuldades na implementação dessas políticas? Quais?
- 12 Há articulação entre esferas (municipal, estadual, federal) para execução das ações?
- 13 Na sua opinião, a organização coletiva dos agricultores tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar? Por quê?
- 14 Quais ações ou estratégias institucionais são consideradas prioritárias para esse fortalecimento?
- 15 Há iniciativas recentes ou planejadas que visem ampliar o apoio técnico, financeiro ou organizativo à agricultura familiar?
- 9 Como o(a) senhor(a) enxerga o futuro da agricultura familiar em Lidianópolis?

**APÊNDICE III - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Representante de
Associação de Trabalhadores Rurais**

Grupo entrevistado: Representante de associação de trabalhadores rurais

Nome da associação: _____

Ano de criação: _____

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Função exercida na associação: _____

1 Quais são os principais objetivos e áreas de atuação da associação?

2 Quantos associados participam atualmente?

2.1 Qual é o perfil predominante dos associados? (porte das propriedades, tipo de produção, regime de produção – agricultura familiar ou outra, faixa etária, escolaridade etc.)

3 A associação lida com dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares de Lidianópolis?

() Não (*pular para a questão 4*)

() Sim.

3.1 Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares?

4 Como são estruturadas as relações de trabalho nas propriedades dos associados?

4.1 Há uso de mão de obra contratada? Trabalho exclusivamente familiar? Parcerias produtivas?

5 A associação atua diretamente na comercialização da produção agrícola?

5.1 Se sim, como isso é organizado? Há parcerias com compradores, feiras, cooperativas?

6 Os associados conseguem acessar políticas públicas voltadas à agricultura familiar (crédito, assistência técnica, programas de compra institucional etc.)?

() Não

() Sim (*pular para a questão 7*).

6.1. A associação atua como intermediadora ou facilitadora nesse acesso? De que forma?

7 Como o(a) senhor(a) avalia a atuação do poder público municipal, estadual e federal diante das demandas dos agricultores familiares?

8 A associação participa de espaços formais de diálogo com o poder público? (conselhos, fóruns, audiências públicas etc.)

9 Como a associação tem atuado na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais?

10 Os associados participam de organizações ou espaços de articulação política ou social?

11 Quais mudanças têm sido percebidas nos últimos anos na organização da agricultura e especialmente na agricultura familiar?

12 Quais são os principais obstáculos ao fortalecimento da agricultura familiar no município de Lidianópolis?

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer COPEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 7.799.664

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2551529.pdf	13/08/2025 16:13:44		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA1.pdf	13/08/2025 16:13:19	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	29/07/2025 13:30:21	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoASS.pdf	29/07/2025 13:27:27	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompleto.pdf	28/07/2025 18:18:45	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Outros	EntrevistaSemiestruturadaTrabalhadorRural.pdf	25/07/2025 18:52:50	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Outros	EntrevistaSAgriculturaAbastecimento.pdf	25/07/2025 18:52:02	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Outros	EntrevistaAssociacao.pdf	25/07/2025 18:51:26	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/07/2025 17:06:39	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAOSMAGRICULTURA.pdf	25/07/2025 16:58:47	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAOIDR.pdf	25/07/2025 16:58:25	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAQASSOCIACAO.pdf	25/07/2025 16:55:44	ALANA MORAIS VANZELA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não